



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 116

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 116

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios.....	06
Requerimentos	06
Projetos de Lei	13
Pequeno Expediente:	
Dep. Jocelito Canto.....	15
Dep. Tadeu Veneri.....	17
Dep. Reni Pereira.....	18
Dep. Rosane Ferreira	21
Grande Expediente:	
Cerimônia de Lançamento do Selo Comemorativo ao Cinquentenário do Conselho Regional de Farmácia	
Sr. Itamar Ribeiro	22
Sra. Marisol Dominguez Muro .	22
Dep. Antonio Belinati	23
Horário das Lideranças:	
Liderança do PTB	
Dep. Jocelito Canto	16

Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	17
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Reni Pereira.....	19
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	23
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício	25
Liderança do DEM	
Dep. Elio Rusch	25
Liderança da Oposição	
Dep. Ney Leprevost	27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	28
Discussão/Votação	
3ª Discussão	28
2ª Discussão	28
1ª Discussão	29
Requerimentos	31

Encerramento da Sessão32

Publicações:

Comissão Executiva	
Atos.....	33
Diretoria Geral	
Portarias	38

DIÁRIO Nº 116

119ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana,

Chico Noroeste, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins e Rafael Greca (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 102/10

Curitiba, em 22/10/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando introduzir as alterações que específica, na Lei nº 11580, de 14/11/96.

Pretende-se, com o presente anteprojeto de lei, alterar dispositivos da Lei nº 11580, de 14/11/96, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, no Estado do Paraná, cujas justificativas seguem abaixo:

I - nova redação ao *caput* do parágrafo 2º do artigo 14.

Corrige remissão contida no dispositivo que se reporta à alínea do inciso II do artigo 14, que trata das operações com veículos automotores novos e peças para

veículos automotores, inclusive para veículos, máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários, realizadas sob o regime da sujeição passiva por substituição tributária, com retenção do imposto relativo às operações subsequentes;

II e III - nova redação aos parágrafos 2º e 4º do artigo 33 e incisos II, III e VI do parágrafo 1º do artigo 34.

Com a adesão da Secretaria de Estado da Fazenda ao Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc), projeto que representa a integração dos procedimentos cadastrais relativos às pessoas jurídicas e demais entidades no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como dos demais órgãos e entidades que participem do processo de formalização e legalização de empresas, há necessidade de adaptações na redação de alguns artigos da Lei Orgânica do ICMS.

Essa proposta pretende adequar a legislação, promovendo a integração aos novos procedimentos de obtenção, alteração e baixa de inscrições no Cadastro de Contribuintes do Estado, remetendo a regulamentação dessas obrigações e decreto do Poder Executivo e permitindo que essas sejam efetuadas de acordo com o Cadastro Sincronizado Nacional (CadSinc), ou seja, por meio da utilização do Programa Gerador de Documentos do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, versão web, disponível na internet.

Promove, ainda, a atualização de termos empregados no texto em decorrência de alterações: “inscrição no CGC” por “inscrição no CNPJ”, “razão social”, por “nome empresarial” e “código de atividade econômica definido pela Secretaria” por “código de atividade econômica” (atualmente o código de atividade é definido pela Comissão Nacional de Classificação - CONCLA).

IV - altera o parágrafo 1º do artigo 53.

Altera o texto normativo para dispor que a divulgação das respostas dadas às consultas relativas ao ICMS, formuladas por contribuintes ou seus órgãos de classe e repartições fazendárias, seja realizada por meio da disponibilização das respostas no sítio da internet da Secretaria de Estado da Fazenda que vem sendo observado na prática.

V - revoga o parágrafo 3º do artigo 35.

Revoga dispositivo que prevê a possibilidade de pagamento de tributos na repartição fazendária, por questão de segurança e para permitir que os recolhimentos sejam realizados exclusivamente por agentes arrecadadores autorizados, no caso, agências bancárias.

Lembramos que, desde 19/07/06, os recolhimentos somente podem ser realizados em agências bancárias.

Certo de que medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11580, de 14/11/96:

I - O *caput* do parágrafo 2º do artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A aplicação da alíquota prevista na alínea “u” do inciso II deste artigo independerá da sujeição ao regime da substituição tributária nas seguintes situações:”

II - Os parágrafos 2º e 4º do artigo 33 passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A inscrição deve ser solicitada, antes do início das atividades, conforme disposto em decreto do Poder Executivo.

(...)

§ 4º A paralisação temporária ou o reinício de atividades, bem como as demais alterações que ocorrerem nos dados cadastrais do contribuinte, devem ser por esse comunicadas, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, na data da ocorrência do fato.”

III - Os incisos II, III e VI do parágrafo 1º do artigo 34 passam a vigorar com a seguinte redação:

“II - número de inscrição no CNPJ;

III - nome empresarial;

(...)

VI - código de atividade econômica;”

IV - O parágrafo 1º do artigo 53 passa a vigorar com seguinte redação:

“§ 1º As respostas às consultas serão disponibilizadas no seguinte endereço da internet: <http://www.pr.gov.br/sefa>.”

V - Fica revogado o parágrafo 3º do artigo 35.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 103/10

Curitiba, em 22/10/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao artigo 16, da Lei nº 9534, de 16/01/91, conforme especifica.

Atualmente, o mencionado artigo tem a seguinte redação:

“Art. 16. O conjunto documental de identificação funcional da Polícia Civil compreende, também, a carteira tipo porta-documentos, de acordo com o Anexo desta lei, com as seguintes especificações:

a) Tamanho: 24x8cm;

b) Cor: bordeaux, para uso dos integrantes da Carreira de Delegado de Polícia;

c) Cor: preta para uso dos demais integrantes das carreiras policiais civis.”

Com a nova relação que ora se propõe seja dada ao referido dispositivo, o mesmo passará a ter a seguinte redação:

Art. 16. Ato do Poder Executivo instituirá o conjunto documental para identificação da Polícia Civil.”

A presente medida visa retornar, ao Chefe do Poder Executivo, a prerrogativa de normatizar questão meramente administrativa da Polícia Civil.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O artigo 16 da Lei nº 9534, 16/01/91, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Ato do Poder Executivo instituirá o conjunto documental para identificação da Polícia Civil.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 104/10

Curitiba, em 22/10/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando instituir a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Estado da Fazenda acerca dos tributos estaduais afetos aos sujeitos passivos, conforme especifica.

A utilização da comunicação eletrônica na relação entre fisco e contribuintes acarretará inúmeras vantagens, tanto para o setor público quanto para os cidadãos, liberando os contribuintes da necessidade de se dirigirem fisicamente até uma repartição para resolver os seus assuntos fiscais, evitando deslocamento e eventuais filas, sendo que o acesso aos serviços prestados pela Receita Estadual poderá ser feito de qualquer lugar no mundo, por meio da rede mundial de computadores, além de reduzir despesas com materiais.

Certo de que medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Estado da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos estaduais.

§ 1º Para os fins desta lei, considera-se:

I - Domicílio Eletrônico: o portal de serviços e comunicações eletrônicas da Secretaria de Estado da Fazenda disponível na rede mundial de computadores;

II - Meio Eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;

III - Transmissão Eletrônica: toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;

IV - Sujeito Passivo: o sujeito eleito pela legislação para o cumprimento da obrigação tributária, podendo ser o próprio contribuinte ou terceiro responsável pelo cumprimento da obrigação tributária.

§ 2º A comunicação entre a Secretaria de Estado da Fazenda e terceiro a quem o sujeito passivo tenha outorgado poderes para representá-lo poderá ser feita na forma prevista por esta lei.

Art. 2º A Secretária de Estado da Fazenda poderá utilizar a comunicação eletrônica para, dentre outras finalidades:

I - identificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;

II - encaminhar notificações e intimações;

III - expedir avisos em geral.

Art. 3º O recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo, será efetuada após seu credenciamento, na Secretaria de Estado da Fazenda, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo Único. Ao credenciado será atribuído registro e acesso ao sistema eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda, com tecnologia que preserve o sigilo, a identificação, a autenticidade e a integridade de suas comunicações.

Art. 4º Uma vez credenciado, as comunicações da Secretaria de Estado da Fazenda ao sujeito passivo serão feitas, por meio eletrônico, em portal próprio, denominado Receita/PR, dispensando-se a sua publicação no Diário Oficial do Estado ou envio por via postal.

§ 1º A comunicação feita na forma prevista no *caput* deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.

§ 2º Será considerada realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.

§ 3º Na hipótese do parágrafo 2º, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º A consulta referida nos parágrafos 2º e 3º deverá ser feita em até dez dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo.

§ 5º No interesse da Administração Pública a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação e no Direito.

Art. 5º Ao sujeito passivo que se credenciar ao uso da comunicação eletrônica também será possibilitada a utilização dos seguintes serviços eletrônicos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda no portal Receita/PR:

I - consulta de pagamento efetuado, situação cadastral, autos de infração, entre outras;

II - remessa de declarações e de documentos eletrônicos, inclusive em substituição dos originais para fins de saneamento espontâneo de irregularidade tributária;

III - apresentação de petições, defesas, reclamações, recursos, contrarrazões e consultas tributárias;

IV - recebimento de notificações, intimações e avisos em geral;

V - outros serviços disponibilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda ou outros órgãos públicos conveniados.

Art. 6º O documento digital transmitido na forma estabelecida nesta lei será considerado original para todos os efeitos legais.

§ 1º Os extratos digitais e os documentos digitalizados e transmitidos na forma estabelecida nesta lei têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

§ 2º Os originais dos documentos digitalizados, a que se refere o parágrafo 1º, deverão ser preservados pelo seu detentor durante os prazos decadencial e prescricional previstos na legislação e até que estejam solucionadas de forma definitiva as eventuais lides administrativas e judiciais.

Art. 7º Considera-se entregue o documento transmitido por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema da Secretaria de Estado da Fazenda, devendo ser disponibilizado protocolo eletrônico ao sujeito passivo.

§ 1º Quando o documento for transmitido eletronicamente para atender prazo, serão considerados tempestivos aqueles transmitidos até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo previsto na comunicação.

Art. 8º A comunicação eletrônica efetuada nos termos desta lei, observado o disposto em regulamento, aplica-se também às comunicações entre a Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, e as pessoas físicas ou jurídicas credenciadas na Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os nºs AL024195 a AL024205/10; AL024207 a AL024211/10; AL024213 a AL024219/10; AL024221 e AL024222/10; AL024224 e AL024225/10; AL024227 e AL024228/10; AL024250 a AL024254/10; AL024257 a AL024259/10; AL024261 a AL024272/10; AL024298 a AL024313/10; AL024315 e AL024316/10; AL024318 a AL024352/10; AL024411 a AL024413/10; AL024630/10; AL024653 a AL024655/10; AL024714 e AL024715/10; AL024819/10; AL024852 a AL024866/10; AL025174 a AL025210/10; AL025213 e AL025214/10; AL025270/10; AL025283/10; AL025295/10; AL025297 a AL025314/10; AL025407 a AL025438/10; AL025463 a AL025523/10; AL050515/10; AL052522/10; AL052527/10; AL052530/10; AL052533 e AL052534/10; AL052552/10; AL052566/10; AL052586/10; AL052590 a AL052608/10; AL052619/10; AL052623 e AL052624/10; AL052630/10; AL052636/10; AL052641/10; AL052645/10; AL052653/10; AL052655 a AL052658/10; AL052663/10; AL052666 e AL052667/10; AL052672/10; AL052674/10; AL052676/10; AL052681 e AL052682/10; AL052697 e AL052698/10; AL052700 a AL052719/10; AL052723/10; AL052730/10; AL052734/10; AL052738/10; AL052743/10; AL052751/10; AL052758/10; AL052760/10; AL052762/10; AL052764 e AL052765/10; AL052775/10; AL052786/10; AL052791/10; AL052798/10; AL052801 e AL052802/10; AL052806/10; AL052808/10; AL052812/10; AL052814 a AL052816/10; AL052824/10; AL052826 a AL052828/10; AL052831 e AL052832/10; AL052836/10; AL052844 e AL052845/10; AL052848/10; AL052855 e AL052856/10; AL052859/10; AL052863/10; AL052877 a AL052881/10; AL052888 e AL052889/10; AL052891 a AL052894/10; AL052896/10; AL052898/10; AL052900/10; AL052909 e AL052910/10; AL052913/10; AL052918/10; AL052922/10; AL052924 e AL052925/10; AL052927/10; AL052929 e AL052930/10; AL052936 a AL052940/10; AL052942/10; AL052951/10; AL052988 a AL052991/10; AL052993 e AL052994/10; AL052998/10; AL053000 e AL053001/10; AL053003/10; AL053006 a AL053009/10; AL060540/10 e AL060612/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros com o objetivo de implantação do Programa PDDE. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4086

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, REQUER seja submetido ao Plenário desta Casa, a realização de uma Audiência Pública, dia 07/12/10, das 9h as 12hs, no Plenário das Sessões, para discutir o Projeto de Lei nº 483/10, que objetiva a reestruturação do plano de custeio do regime próprio de previdência funcional do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(aa) ENIO VERRI, TADEU VENERI, PÉRICLES DE MELLO, LUCIANA RAFAGNIN e ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 4087

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais REQUER, ao Presidente deste Legislativo, após ouvido o soberano Plenário, a liberação do Grande Expediente, na Sessão Plenária do dia 07/12/10, para homenagear a passagem dos 50 anos de implementação da fábrica Souza Cruz no Paraná.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

Apoioamento:

Plauto Miró e Elio Rusch.

REQUERIMENTO Nº 4089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, xerocópia dos documentos anexos que compõem a prestação de contas da Assembleia Legislativa - Exercício 2006 - Projeto de Resolução nº 027/10.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 4062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Fábio Gomes Merques.

Requer, outrossim, envio de correspondência à família enlutada, na pessoa de José Luiz de Oliveira.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Sizaltina Rodrigues de Souza.

Requer, outrossim, envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da professora Maria Josefinia Franco Ferreira da Costa, ocorrido no mês de novembro de 2010.

Professora Maria, uma mulher de fibra e dedicada à Educação, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Uma pessoa que dava nas obras sociais, o exemplo de solidariedade ao semelhante.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Takeshi Maeda, ocorrido no mês de novembro de 2010.

Sr. Maeda, homem culto e dedicado à família, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Homem trabalhador, tornou-se conhecido em seu Município através de suas lojas, que lhe deram popularidade para eleger-se Vereador por duas vezes, sendo a última como Presidente do Legislativo. Foi Presidente do PP e mais tarde do PMDB. Pessoa atuante, dirigiu a FECOMÉRCIO, a Associação Comercial de Castro, foi Conselheiro do SESC e presidiu o Sindicato do Comércio Varejista de Castro.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Aloisio Albino Ramos, ocorrido no mês de novembro de 2010.

Sr. Aloisio, homem culto e dedicado à família, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Contador e economista, sempre atuou no setor financeiro, tendo trabalhado como gerente e assistente da diretoria no grupo BANESTADO. Foi também diretor APARCIF e a da HM Financeira. Nos últimos anos dedicava-se ao Clube Curitibano, onde foi membro do Conselho Fiscal.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Fany Mansur Paul, ocorrido no mês de novembro de 2010.

Sra. Fany, uma mulher de fibra e dedicada, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Uma pessoa que gostava de discutir sobre política, literatura e as coisas corriqueiras da vida.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Enrico Caruso, ocorrido no mês de novembro de 2010.

Sr. Enrico, homem culto e dedicado à família, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Fundador da Caruso Empadas, tradicional comércio de Curitiba, foi também responsável pela expedição do jornal Diário do Paraná. Pessoa alegre e brincalhona, gostava de reunir a família e registrar estes momentos, eternizando-os.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Takeshi Maeda, Comerciante, com 75 anos de idade, na Cidade de Castro, Estado do Paraná.

Takeshi Maeda, era filho do Kazuo Maeda e da Sra. Massako Maeda e deixa viúva a Sra. Mitsuko Maeda e 05 (cinco) filhos; Noemia Tamie Maeda Igarashi, Fábio Tomio Maeda, Sandra Massami Maeda Shikasho, Marisa Mie Maeda Hosaka e Carlos Takeshi Maeda. Deixa ainda 14 (quatorze) netos.

Takeshi Maeda foi fundador da ACEC-Assoc Cult e Esportiva Castro. E, a sua vida pública foi decisiva para o desenvolvimento de Castro, foi Vereador por dois mandatos (1973-1982) e Presidente da Câmara (1979-1982). Foi Presidente do SINDICASTRO, diretor do FECOMÉRCIO e conselheiro do SESC-PR. Castro está em luto, parte um homem respeitável e querido Cidadão Honorário do qual o povo castrense muito se orgulha.

À família enlutada os meus mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos

de pesar pelo falecimento do Sr. Hoshiro Kubo, aposentado, com 87 anos de idade, na Cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Hoshiro Kubo, era filho do Sr. Kamejiro Kubo e da Sra. Hissa Kibo e deixa viúva a Sra. Massako Matsumura Kubo e 06 (seis) filhos; Hideko Sumiya, Rosa Kubo, Isa Abe, Massaru Kubo, Mayumi Kubo Tamura e Eduardo Shiguero Kubo. Deixa genros, noras, 16 (dezesseis) netos e 03 (três) bisnetos.

Hoshiro Kubo, em sua passagem pela vida foi um ser completo, como cidadão, como agricultor, como amigo e companheiro e principalmente como marido, pai, avô e bisavô.

À família enlutada os meus mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 4081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Célia Ferraz Michetti, ocorrido no dia 22/11/10, no Município de Santana do Itararé/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através do seu esposo, o Sr. Osvaldo Michetti, e do seu filho Joás Ferraz Michetti.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a uma pessoa querida por todos. O falecimento da Sra. Célia Ferraz Michetti abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus familiares e amigos haverão de dar sequência.

Grande mãe de família, repleta de doçura, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família, e com muito esmero e disciplina criou seus quatro filhos, dentre os quais o Secretário Municipal dos Serviços Rodoviários, de Santana do Itararé, Joás Ferraz Michetti.

Esposa companheira e amiga, casada com o Sr. Osvaldo Michetti, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos, e a seus netos também deixará seu legado.

Amiga, pessoa de um coração imenso, era muito querida e conhecida por toda a comunidade. Célia Ferraz Michetti, sem dúvida, deixa saudade em nossos corações, nos corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade e seu carinho.

Se existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Fica a história de amor da Sra. Célia. Uma história que deve ser lembrada e que, com absoluta certeza, gerou grandes ensinamentos e boas lições às próximas gerações.

Mas a nossa fé cristã nos dá a força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que Sra. Célia Ferraz Michetti está

ao lado de Deus, na morada eterna. De lá, está olhando com muito amor para cada um daqueles que um dia ela amou e continua amando.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 4084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Jovem Rafaela Terezinha Szczypior Cordeiro, ocorrido dia 18/11/10.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 16 anos de idade, na Cidade de Contenda a jovem Rafaela Terezinha Szczypior Cordeiro, que era filha do Sr. João Francisco Cordeiro (Kiko) e da Sra. Laíz Terezinha Szczypior Cordeiro.

O passamento da jovem Rafaela veio entristecer profundamente, não apenas seus familiares e parentes, mas seus amigos e dentre eles esse Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada na companhia de seus familiares.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que a adorava despediu-se em lágrimas, pois a saudade que sentirão será imensa, mas temos certeza que o Pai celeste lhes dará o consolo necessário, neste momento de grande tristeza.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares da jovem Rafaela, endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 4065

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Desembargador Miguel Kfoury Neto, enviando-lhe votos de congratulações, em razão da eleição ao cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

O Presidente eleito do TJ, Desembargador Miguel Kfoury Neto, tem 59 anos. É formado em Letras e Direito. Iniciou sua carreira de magistrado no ano de 1984, como Juiz substituto, após ser aprovado em concurso público. Depois foi promovido a Juiz substituto, após ser aprovado em concurso público. Depois foi promovido a Juiz de Direito e atuou em diversas comarcas do interior do Estado, inclusive atuando na Comarca de Maringá.

Em 1997 foi removido para Curitiba. No ano de 2002 foi promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz do Tribunal de Alçada. Em 2003 passou a ocupar o cargo de Desembargador. Foi presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, no biênio 2008/2009, onde conquistou o respeito e a admiração dos magistrados paranaenses em razão de sua excelente atuação.

O presente voto é estendido aos demais membros da nova direção do TJ/PR:

1º Vice-Presidente: Desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação;

1º Vice-Presidente: Desembargador Ivan Bortoleto;
Corregedor Geral de Justiça: Noeval de Quadros;
Corregedor: Lauro Augusto Fabrício de Melo.

Esta Assembleia congratula-se com os nomeados, desejando-lhe sucesso nas novas atividades.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4066

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado votos de congratulações ao Prefeito de Município de Iguaraçu, Manoel Abrantes Neto, e ao Presidente da Câmara, Vereador Helio Arantes da Silva, em razão do 54º aniversário do Município.

A comunidade iguarçuense, merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4067

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado votos de congratulações ao Prefeito de Município de Paçandu, Vladimir da Silva e ao Presidente da Câmara, Vereador Eduardo Pereira da Silva, em razão do 49º aniversário do Município.

A comunidade paçanduense, merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4068

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Sr. Oriovisto Guimarães, em razão do Prêmio Personalidade do Ano 2010.

O professor Oriovisto Guimarães, presidente do Grupo Positivo, eleito Personalidade do Ano de 2010, receberá o Troféu Francisco Cunha Pereira Filho durante a festa de premiação da 20ª edição do Top de Marketing.

O Grupo Positivo é referência em modernidade e qualidade de ensino. Tem a maior gráfica comercial da América Latina e a área de informática, que é líder no desenvolvimento e comercialização de softwares educacionais.

Sala das Sessões, em 23/11/10.
(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 4082

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações, pelo 75º aniversário de emancipação político-administrativo do Município de Wenceslau Braz, comemorado no dia 26/11/10.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Atahyde Ferreira dos Santos Jr. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 23/11/10.
(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O aniversário de Wenceslau Braz tem que ser reconhecido por tudo o que este Município representa para o nosso Estado. Dia 26 de novembro é uma data especial para seus munícipes. Afinal, o Município está completando 75 anos de realização e sucesso absoluto.

Atualmente Wenceslau Braz é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. Embora tenha enfrentado todas as dificuldades que uma Cidade enfrenta, o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositavam neste chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que o Município se tornasse pujante.

Ao revisitar o passado, conta história que a ocupação na região onde hoje se situa Wenceslau Braz teve início com moradores que buscaram estabelecer suas casas de comércio, por volta de 1915, com a notícia de que próximo ao povoado de São José da Boa Vista se instalaria um acampamento de serviços para a construção de um ramal ferroviário chamado ramal do Paranapanema.

No ano de 1917, o patrimônio passou a ser denominado Novo Horizonte, e em 1918, com a inauguração da Estação Ferroviária, a denominação passou a ser Brazópolis, em homenagem ao Presidente da República da época em que a estrada de ferro chegou à região, mais tarde concretizado, quando o nome foi mudado finalmente para Wenceslau Braz. Em seu Governo resolveu-se a Questão do Contestado, entre os Governos do Paraná e Santa Catarina.

Com o nome de Brazópolis o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Judiciário em 05/04/20, pela Lei nº 1980. A instalação foi no dia 17 de outubro do mesmo ano. Mais tarde a denominação foi alterada para Wenceslau Braz, que crescia, enquanto São José da Boa Vista declinava. Uma estratégia política comandada por Osório Ferreira Gonçalves, Benedito Corrêa Vasconcellos, Ricardo Brunatto, Alcides Leite de Carvalho, Adolfo

Antônio Pereira e muitos outros, permitiu que Wenceslau Braz fosse desmembrado de Tomazina e anexado à Comarca de São José da Boa Vista, o que se efetivou em 16/03/34. O projeto saiu vitorioso quando em 17/10/35, através da Lei Estadual nº 021, foi transferida para Wenceslau Braz a sede da Comarca e do Município de São José da Boa Vista, sendo que a instalação oficial se deu em 26/11/35.

A economia do Município se baseia em atividades agrícolas, tais como feijão, milho, soja, tomate, na pecuária e avicultura, tendo ainda tido influência de imigrantes do oriente médio, como comerciantes ucranianos, poloneses, italianos e japoneses.

Assim, parabenizamos Wenceslau Braz pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 4083

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, para que fiquem registrados para a posteridade, voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Club pela conquista do Campeonato Nacional da Série B em 1º lugar e a volta para a elite do Campeonato Nacional na Série A.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Jair Cirino dos Santos, Presidente, para que receba e transmita aos demais Diretores, Conselheiros, Diretoria Técnica e os Atletas, especialmente ao treinador Sr. Ney Franco.

Sala das Sessões, em 23/11/10.
(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Emoção e alegria, duas palavrinhas que habitam o nosso coração hoje que está à flor da pele pela conquista do Campeonato Nacional da Série B em 1º lugar e a volta para a elite do Campeonato Nacional da Série A. O Coritiba Foot Ball Club, sensibilizou toda sua torcida, como todos os esportistas paranaenses. O nosso coração transborda de tanta emoção e alegria. Aqui estamos para saudar os diretores e especialmente os atletas do nosso Coxa Branca pelo brilhante feito que acabaram de realizar. Esta conquista alcançada, nada mais representa que o fruto da disciplina em toda a trajetória do campeonato. Cultivar o esporte é fugir às condições terrenas, para se alancandonar em todas as situações. E qual o meio propício de fazer com que o povo comungue desse desejo que sempre foi o desejo de todos os torcedores dessa agremiação chamada Coritiba Foot Ball Club.

Recrear o espírito esportivo é retemperá-lo para nossos embates e novas lutas. Um arco que permanece sempre tenso perderia sua elasticidade e tornar-se-ia inútil para o fim a que se destina.

Palavras perfeitas. O Coritiba foi simplesmente fabuloso durante todo o campeonato.

No último dia 12 de outubro o Coritiba Foot Ball Club, completou 101 anos de existência.

A sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. Eis porque nosso coração se enche de júbilo como antigo torcedor e conselheiro durante alguns anos.

Bem haja aqueles que não pouparam esforços para proporcionar festividades pela passagem dos 101 anos de fundação e agora conseguindo a volta da Elite do Campeonato Brasileiro da série A.

Saudamos mais uma vez, todos os dirigentes, conselheiros, técnicos e atletas, pugilo de bravos que acabaram de conquistar a grande vitória, mostrando obstante que compreenderam a necessidade de autodisciplina, dando um grande exemplo digno de ser seguindo pelas gerações vindouras.

Missão cumprida nesta temporada, subir com o título coroa o trabalho de toda gente curitibana. Depois de ano cercado de dificuldades, o alvi-verde está de volta a Série A, pela porta de frente, como o melhor clube da competição. O símbolo de um dos anos mais marcantes da história centenária do alvi-verde.

Juazeiro do Norte (Ceará) transformou-se no cenário da grande conquista de mais um título brasileiro na história do Coritiba Foot Ball Club, confirmada antecipadamente a sua consagração como a melhor equipe desta temporada de 2010, na segundona. O Coritiba Foot Ball Club foi o primeiro time a subir de divisão, e agora tornou-se bicampeão antecipado, faltando mais uma rodada para terminar o campeonato.

Ontem, hoje e eternamente o Coxa é campeão.

Vamos elogiar todos os atletas do Coritiba Foot Ball Club, por intermédio do insubstituível Aroldo Fedatto. Ele conquistou sete títulos paranaenses jogando como capitão pelo Coritiba, nas temporadas de 1946-1947-1951-1952-1954-1956 e 1957. Foram 14 anos do clube que lhe renderam a condição de um dos maiores ídolos Coxa-Branca em todas as épocas lembrados pela sua torcida até pelos adversários.

Aroldo Fedatto é o maior patrimônio do futebol paranaense em todos os tempos. Para substituí-lo, somente ele mesmo.

Exagero? Para o bem da verdade é que jamais um ídolo do passado atravessou tantos anos sem receber a mínima crítica, o menor reparo que pudesse macular sua aura de felicidade perfeita.

O primeiro contrato de Fedatto daria vergonha a qualquer cartola de hoje. Sem luvas ou salários. Nem se pensava ganhar dinheiro naqueles tempos românticos.

Aroldo Fedatto não se impressionava com os elogios, com aqueles que o chamavam de “Revelação”. Contador formado, ganhava a vida trabalhando num escritório de contabilidade.

Em 1948, Fedatto foi emprestado para o Botafogo do Rio de Janeiro para uma excursão à Bolívia. Ao retornarem da excursão, a diretoria do Botafogo ofereceu 100

mil para ele ficar no Rio de Janeiro. Não aceitou. Disse Fedatto, com esse dinheiro poderia comprar um prédio de 12 andares no centro de Curitiba.

Para concluir:

Felicidades Coritiba Foot Ball Club.

REQUERIMENTO Nº 4088

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que assina o presente requerimento, valendo-se das prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do Plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento, aos sócios-proprietários, dirigentes e colaboradores da empresa Globo Aves, da Cidade de Cascavel, pelo transcurso do 25º aniversário de fundação, que ocorreu no último dia 18 de novembro.

Do aprovado, também requer o Parlamentar requerente, que seja dada ciência, com a expressão dos votos de permanente prosperidade e contínuo sucesso ao grupo empresarial, nas pessoas de seus ilustres sócios-proprietários Srs. Roberto Kaefer e Velci Kaefer.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O Oeste do Paraná que tem sido pródigo na produção agropecuária, colaborando especialmente na manutenção de altos índices na balança de pagamento pelas suas exportações, mesmo num momento de crise mundial, tem mais um motivo para se orgulhar: no dia 18 deste mês viu transcorrer o 25º aniversário de implantação da Globoaves.

Empresa fundada em Cascavel em 1985, especializada na produção de pintainhos de um dia para abastecer o então promissor mercado avícola brasileiro, viu-se rapidamente guindada à condição de maior empresa do setor.

Razão que justifica as comemorações ocorridas no final de semana em Cascavel e que a fazem merecedora dos aplausos desta Casa de Leis e de todos os paranaenses que veem com orgulho, a projeção dessa e das demais empresas que constroem a grandeza deste Estado e País.

Daí o voto de congratulações que proponho perante esta Casa de Leis, aos irmãos Kaefer e a todos os funcionários e colaboradores, diretos e indiretos, dessa hoje poderosa empresa.

A história da Globoaves confunde-se com a colonização do Sudoeste, do Oeste e até por que não lembrar, com a do Norte do Paraná.

Enquanto naquela região paulista e mineiros viram no café, nos primeiros anos do século passado o grande horizonte transformador do Estado, mais tarde gaúchos e catarinenses trouxeram para cá, em outro pedaço deste generoso Paraná, a vocação para o cultivo da terra e das atividades agropecuárias.

Com a família Kaefer não foi diferente. A onda migratória que se direcionou àquelas regiões do Paraná, Sudoeste e Oeste à partir da segunda metade do século passado, trouxe para Toledo o patriarca, Henrique Helmuth Kaefer.

À partir de um armazém de secos e molhados surgiu a vocação para o comércio de produtos agropecuários.

A crescente produção de frangos que se estabeleceu, ofereceu à família Kaefer a oportunidade para a implantação da Globoaves, especializada na produção de matrizes e em incubatórios para produção de pintainhos de um dia em vários pontos do País.

Pioneira em várias tecnologias como a vacinação *in ovo*, três dias antes da eclosão assim como na eliminação de ovos inférteis pelo escaneamento, a empresa hoje obtém premiações continuadas pela implantação de novas tecnologias.

Suas produções, que alcançam a dezenas de milhões de pintainhos/mês, gerados nos incubatórios do grupo empresarial existente no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio Grande do Sul, dão bem a dimensão da potência em que se transformou a Globoaves.

Igualmente, da sua extraordinária contribuição para o crescimento da produção avícola brasileira, hoje é uma das grandes forças da exportação brasileira e mercados de todo mundo.

Esse breve relato sobre a poderosa empresa montada pela família descendente de Henrique Helmuth Kaefer, justifica uma manifestação desta Casa que representa os brasileiros que fazem a construção deste País.

REQUERIMENTO Nº 4069

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao professor João Vitorino Azolin Benato.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao professor João Vitorino Azolin Benato, economista, contabilista, especialista em custos e em cooperativas, consultor de empresas nas áreas administrativa, econômica, financeira, contábil e controlacional. Membro da Academia de Ciências Contábeis do Paraná, professor universitário e cadastrado junto às Organizações das Cooperativas Estaduais e SESCOOPs de vários Estados. Autor de várias obras técnicas, tem mais de 15 publicações sobre o sistema cooperativista, área em que é reconhecidamente referência nacional.

REQUERIMENTO Nº 4073

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Cel. Art. QEMA Edison Luiz da Rosa.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Cel. Art. QEMA Edison Luiz da Rosa, Assistente do Comandante da 5ª Região Militar - 5ª Divisão de Exército, uma das 12 regiões militares do Exército Brasileiro, conhecida como Região Heróis da Lapa, com jurisdição sobre os Estados do Paraná e Santa Catarina com sede em Curitiba. Com responsabilidade e a habilitação necessária para o exercício do cargo e das atribuições correspondentes, tem como missão principal a guarda da Nação. Suas principais características adquiridas na formação de Artilharia são a meticulosidade, a organização, a correção de cálculos matemáticos, a pontualidade, a perspicácia, a previdência e a atenção aos detalhes, fatores estes que o tornaram exemplo para a Corporação e referência no quadro de Oficiais do Exército Brasileiro.

REQUERIMENTO Nº 4075

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Vânia Maria Souza Ennes.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Vânia Maria Souza Ennes, que toma posse na cadeira número 9 da Academia Feminina de Letras. Formada em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pela Fundação de Estudos Internacionais do Paraná e também pela Faculdade de Direito Radial de Curitiba. Uma pessoa engajada que ocupa várias posições de destaque na sociedade, envolvendo várias áreas como a Associação das Mulheres de Negócios, Conselho da Mulher Executiva, Centro de Letras do Paraná, Academia Paranaense da Poesia e Instituto Histórico e Geográfico de Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 4077

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Evilton Elias Carazzai.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Evilton Elias Carazzai, ídolo do passado do Coritiba Foot Ball Club, onde começou sua carreira futebolística nas categorias de base, tornando-se um dos melhores laterais da história do time. Com uma história dentro da agremiação, é membro do Conselho vitalício. Sua história confunde-se com a do futebol paranaense, pois ocupou os cargos de diretor administrativo e secretário da Federação Paranaense de Futebol, dando sua contribuição para o engrandecimento do desporto no Estado.

REQUERIMENTO Nº 4080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná. Hermas Eurides Brandão, solicitando os seguintes documentos e informações relativos ao processo protocolado nesse Tribunal de Contas sob o nº 184364/10, de Pedido de Inspeção cuja parte é a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Quando da tentativa de obter cópia do referido processo para nosso conhecimento, nos foi informado que tal não seria possível sem a aquiescência do atual Prefeito Pedro Wosgrau, uma vez que o mesmo solicitou tal prerrogativa. Questiona-se:

- Qual a justificativa jurídica para que as cópias do citado processo só sejam fornecidas com autorização do Prefeito?

- Anexar cópia de tal pedido do Prefeito Pedro Wosgrau;

- Anexar cópia do despacho que determinou tal sigilo.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 4064

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente solicitado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL - SEIM - Virgílio Moreira Filho que responda a esta Casa de Leis os seguintes questionamentos:

1 - Há qualquer intenção de nomeação dos vogais antes do término desse mandato, se há, qual o motivo de se nomear no final do ano, para um mandato de quatro anos?

2 - Quais as ações que tramitam na Justiça em que a Junta Comercial figura como parte interessada? Existiu perda de prazo em alguma dessas ações recentemente?

3 - Houve aquisição de algum terreno em que há interesse direto do Secretário Geral da Junta? Quais os imóveis adquiridos pela Junta no ano de 2006?

Tal requerimento se faz necessário para que tenhamos conhecimento das últimas ações da Junta Comercial do Paraná.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 491/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído no *caput* do artigo 1º da Lei nº 15634, de 27/09/07, o Município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/11/10.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Esta justificativa apresenta argumentos favoráveis à inclusão de Campo Mourão ao tratamento tributário (ICMS) às indústrias de produtos eletroeletrônicos, telecomunicação, informática, conforme parecer favorável da Receita Estadual e Secretaria de Estado da Fazenda em anexo.

A Lei nº 14895, de 09/11/05, dispõe sobre o tratamento tributário em relação ao ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu.

Através da Lei nº 15634/07, foi alterado o artigo 1º da Lei nº 14895, incluindo os Municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, Municípios estes com funcionamento naquela data, de Universidade Federal Tecnológica.

O Município de Campo Mourão desde 1994 possui uma unidade do CEFET transformado em UTFPR em 2005, ou seja, há 15 anos, apresentamos a seguir o histórico da UTFPR *campus* de Campo Mourão:

Histórico da UTFPR *campus* Campo Mourão

- 1993 - Assinatura do protocolo de intenções (MEC e Prefeitura de Campo Mourão);

- 1994 - Através da Portaria/MEC nº 710, foi autorizado o funcionamento da unidade de Campo Mourão do CEFET/PR;

- 1994 - Curso prótécnico, com objetivo de preparar os candidatos para o 1º exame de seleção.

- 1995 - (10 de abril) Início das atividades discen-tes, com os cursos Técnico em Alimentos e Técnico em Edificações;

- 1997 - Inauguração dos blocos C e F;

- 1998 - A unidade começou a oferecer o ensino médio, em substituição aos cursos técnicos;

- 1999 - Formatura das primeiras turmas do ensino técnico (69 formandos de alimentos e edificações);

- 1999 - (primeiro semestre) Início dos cursos superiores de Tecnologia em Alimentos, Tecnologia Ambiental e Tecnologia em Construção Civil;

- 2000 - Interdição do ginásio de esportes;

- 2001 - Início da primeira turma do programa especial de formação pedagógica;

- 2005 - Construção do bloco E;

- 2005 - Transformação do CEFET em UTFPR;

- 2006 - Implantação do curso Técnico Integrado em Informática;

- 2007 - (segundo semestre) Novos cursos superiores: Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção Civil;

- 2008 (primeiro semestre) - Novos cursos superiores: Engenharia de Alimentos e Tecnologia em Sistemas para Internet;

- 2005 - Início da 1ª turma do curso de especialização em Gerenciamento e Auditoria Ambiental;
- 2007 - Início da 1ª turma do curso de especialização em Vigilância Sanitária;
- 2008 - Inauguração do anfiteatro;
- 2008 - Reestruturação do bloco A, antigo bloco H, construção do anexo ao bloco.
- 2009 - Construção do bloco D.

A história da unidade de Campo Mourão do CEFET/PR começou no dia 08/06/93 com a assinatura do protocolo de intenções, celebrado pelo MEC, através do Sr. Ministro de Estado Interino Dr. Rubens Leite Vianello, pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão, através do Prefeito Municipal Sr. Rubens Bueno, e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, representado pelo Diretor Geral professor Ataíde Moacyr Ferraza. O objetivo desse protocolo era a conjugação de esforços para a realização de estudos preliminares voltados à implantação de uma unidade descentralizada - UNED, vinculada ao CEFET/PR, em Campo Mourão. Com esse protocolo assinado, a Prefeitura Municipal de Campo Mourão doou ao CEFET/PR o terreno onde se localizava o ginásio de esportes Belim Carolo e as benfeitorias que ali se encontravam.

Em 13/05/94, através da Portaria/MEC nº 710, foi autorizado o funcionamento da unidade de Campo Mourão do CEFET/PR.

A unidade instalou-se numa área de 63 mil e 888 m² doada pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão, com um ginásio de esportes medindo 4 mil e 6 m² com capacidade para abrigar 5 mil pessoas sentadas, e uma edificação medindo 1 mil e 20 m², onde funcionava um alojamento e vestiários, que, com a implantação da instituição, foram transformados em salas de aulas, laboratórios e ambientes administrativos.

Em setembro de 1994 foi formada uma turma do curso pró-técnico com objetivo de preparar os candidatos para o 1º exame de seleção, que foi realizado em março de 1995, admitindo alunos nos cursos de técnico em alimentos e em edificações. As atividades discentes começaram no dia 10/04/95, com 240 alunos distribuídos em seis turmas. A unidade contava, então, com três servidores, sendo um técnico administrativo removido da unidade de Cornélio Procopio e dois docentes, sendo um da unidade de Curitiba e outro da Escola Técnica Federal de Goiás. Para atender aos serviços administrativos, foram contratados através de convênio firmado com o Município de Campo Mourão, Governo do Estado e o CEFET/PR 18 servidores de nível médio. Também foram contratados 16 professores substitutos pelo CEFET/PR. Ainda em 1995 foi realizado o 1º Concurso Público para contratação de 18 docentes efetivos. De lá para cá, diversos foram os concursos realizados, e hoje o quadro de servidores efetivos conta com aproximadamente 60 servidores entre técnicos e docentes e mais 40 pessoas terceirizados e estagiários.

Em 1997 foram construídos dois blocos novos destinados exclusivamente ao ensino. São os blocos C e F, que abrigam laboratórios, salas teóricas e salas de desenho. Os recursos financeiros destinados a essa construção foram repassados das verbas de custeio do Sistema CEFET/PR. Hoje a unidade conta com mais um bloco, o E e D, em fase de construção, que também atende a atividades do ensino, construído com recursos de emenda parlamentar e o convênio com a SESU, totalizando quatro blocos e dois pavimentos.

Os recursos financeiros de custeio para manutenção das despesas fixas da unidade no início das atividades eram repassados pela unidade de Curitiba, e em meados do mês de setembro de 1995, a unidade de Campo Mourão foi inserida no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), ganhando autonomia para gerir seus recursos.

Em 1998, com a nova LDB (Lei nº 9394/96), já sob direção do professor Jorge Candido, a unidade começou a oferecer o ensino médio, o qual veio a substituir os cursos técnicos. No início de 1999, aconteceu a formatura das primeiras turmas do ensino técnico, num total de 69 profissionais em alimentos e edificações.

Ao longo destes 10 anos, tivemos, desde a implantação, três diretores, sendo o primeiro o professor Roberto Candido (1995), seguido pelo professor Jorge Candido (1996-2004) e hoje, à frente da instituição está o professor Celso Aparecido Gandolfo, enfrentando muitas dificuldades iniciais de toda ordem, com dúvidas sobre a continuidade das atividades, hoje o *campus* Campo Mourão da UTFPR encontra-se fortalecida administrativamente em virtude da dedicação de todos aqueles que colaboram para que o crescimento da instituição seja constante.

O *campus* oferece uma ótima estrutura física, ensino público gratuito e de qualidade, sendo que a universidade veio para ajudar a suprir a demanda do Brasil por mais ensino e pesquisa na área da tecnologia, levando assim o Governo a transformar o CEFET/PR na primeira Universidade Federal Tecnológica do Brasil. O projeto de transformação tramitou pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, até ser sancionado pelo Presidente da República, em 07/10/05.

Atualmente, o *campus* conta com 926 alunos, 79 professores efetivos e 21 vagas para concurso público, totalizando 100 professores e 45 servidores técnico-administrativos. Ocupa uma área de aproximadamente 64 mil m², possuindo construções que totalizam cerca de 11 mil m², abrangendo ambientes administrativos e didáticos, como: salas de aulas, salas de desenho, laboratórios específicos, laboratórios de informática, laboratórios de obras, sala de apoio didático, ginásio de esportes, anfiteatro, dentre outros.

Na área de ensino, além dos cursos regulares de nível Técnico em Informática, Tecnológico em Alimentos, Ambiental e Construção Civil e Engenharia Ambiental e Produção Civil, apresentados neste guia, o *campus* oferta

os cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização) nas áreas de Educação, Meio Ambiente e Alimentos, assim como o curso de formação pedagógica e cursos de extensão em diversas áreas do conhecimento.

A instituição conta, ainda, com o programa Jovem Empreendedor, que visa disseminar a cultura empreendedora na universidade, oportunizando aos alunos tornarem-se empresários de sucesso.

Ressalta-se que a partir do primeiro semestre do ano de 2010 será ofertado também o curso de engenharia eletrônica, com 44 vagas, já aprovado pela Câmara de Ciências e Engenharia da UTFPR.

Diante do exposto, possuindo Campo Mourão uma Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e havendo interesse do Município em criar um Parque Tecnológico para incentivar empresas, é justo, isonômico e necessário que a Lei nº 14895/05 alterada/complementada pela Lei nº 15634 de 27/09/07, contemple com seus benefícios também o Município de Campo Mourão, fazendo com que empresas de base tecnológica já instaladas (dentre elas as integrantes do APL da Saúde [<http://www.apl-saude.com.br>]), continuem no Município gerando emprego e renda, com o aproveitamento dos universitários da UTFPR em estágios e posteriormente para que prestem serviços profissionais e continuem especializando-se em Camp Mourão, propiciando também para que outras empresas de base tecnológica instalem-se em Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia, com satisfação, a presença dos alunos e professores do curso de Turismo da Universidade Federal do Paraná, acompanhado do professor Bruno. Sejam bem-vindos a esta Casa!

De igual maneira, recebemos hoje também, os membros do Conselho Regional de Farmácia e representantes dos Correios que irão lançar o selo comemorativo aos 50 anos do Conselho Regional de Farmácia. Isto no Grande Expediente.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, se não me engano, a 1ª Secretária, Deputada Beti Pavin, acaba de ler uma mensagem do Executivo que trata sobre o plano do transporte intermunicipal do Estado do Paraná. É isso mesmo ou estou enganado?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Podemos colocar essas mensagens à disposição de V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Gostaria então de requerer uma cópia desse plano para fazer uma análise.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por gentileza, providenciem uma cópia das três mensagens que vieram para o Deputado Neivo Berardin e, de igual maneira, ao Deputado Jocelito Canto, que vai usar o Pequeno Expediente e está com a palavra.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabamos de sair da CCJ, em uma manobra radical, e não sei se o Beto Richa sabe ou se mandou fazer isso, porque se mandou, ele que lembre que é Governador a partir do ano que vem, a partir do dia 1º de janeiro e até lá tem muita água para passar embaixo dessa ponte.

O Governador Beto Richa, em quem votei, que pedi voto, está começando errado em derrubar uma Sessão da CCJ, com 44 itens para serem votados, com os Deputados saindo e dando uma “rabanada” na reunião. Vocês sabem o que é uma “rabanada”? É quando o cara entra, faz que vai e não vai, dá uma olhada e vai embora. Os Deputados fugiram regimentalmente da CCJ. É muito legal o Deputado fugir do trabalho e não ir! A lei determina que ele pode fazer isso. Essa manobra foi feita. Se o Beto Richa não quer a Defensoria, que ele seja homem e no dia 1º de janeiro revogue a lei, porque ele será o Governador a partir dessa data. Ele que mande uma lei, no dia 2 de fevereiro, quando os novos Deputados assumirem aqui, para revogar a questão da Defensoria.

O Paraná tem um Governador, o Pessuti, que foi empossado. É um desrespeito quando fazem essa manobra. O Deputado Tadeu tem sido um lutador desse projeto, que é de interesse do povo. Alguns aqui adoram dizer “o nosso povo”, passou a eleição, chinelo no povo. Eles adoram o povo, mas na eleição. Chegou a hora de votar a favor do povo, a Defensoria, ninguém quer votar. Na hora do discurso, são do povo, e na hora de votar fogem da CCJ.

O Deputado Tadeu tem uma bela e brilhante ideia de como vai ser na sequência e depois ele vai explicar. Achei injusto o que foi feito e jamais me calaria. Se o Beto Richa mandou fazer isso, ele começou errado e não deveria fazer isso.

(Aplausos)

Acreditei no perfil de sua campanha, que não haveria perseguição. Isso, Deputado Traiano, é uma perseguição, não sei se de V. Exa. ou do Governador eleito Beto Richa. Sou eleitor do Beto Richa, mas neste momento o Governador é o Orlando Pessuti, que tem poderes de mandar esse projeto. Ah, mas por que não mandou? Não interessa isso e ele pode mandar hoje, porque é Governador. Na Lei de Responsabilidade ele pode mandar, e se mandou deve ser respeito. Ou vamos destituir o Pessuti e mandá-lo para casa.

Deixar o meu protesto aqui, onde são votados projetos de interesse desta Casa. Fiquei triste com isso. Foi uma manobra regimentalmente correta, legal, mas imoral. Quarenta e quatro projetos para serem votados. Os pobres dos peritos, duas Sessões que vêm aqui esperar a votação e não conseguem. Não é nesse Governo Beto Richa que votei. Um Governo que começa dando o tapa do gato. É esconder a mão. E não é isso que o Beto pediu. Seria um Governo novo. O que foi feito na CCJ hoje é covardia contra o povo do Paraná. Se o trabalhador faltar um dia de trabalho, desconta o dia, mas aqui pode faltar 50 dias e não dá nada. Infelizmente. Essa é a dura realidade. Deputados saíam, foi uma manobra, custo a acreditar que foi o Beto que pediu. Agora, se foi, começou errado. Mas, acho que o Presidente Durval Amaral, aplicado como é, é um dos homens mais inteligentes deste Parlamento, que convoque uma Sessão para hoje ou para amanhã para votar isso. Quando se quer, se faz. Quando a CCJ quer, se reúne três vezes na semana. Então, vamos votar o que tem que votar. A Defensoria é para o povo mais simples deste Estado.

Passa a usar o horário da Liderança do PTB

Só vou terminar, porque depois alguém vai dizer o contrário, porque não fez. Isso é tudo papo para boi dormir. Se alguém falar é recalcado, porque não interessa se não fez, deixou de fazer, está fazendo. É como algum idiota fala lá em Ponta Grossa, filhos da burguesia, que diz: “Ah, o hospital regional está demorando para funcionar. Estamos a 170 anos esperando um hospital em Ponta Grossa”. Agora que está na fase final, alguns reclamam: “Ah, não funcionou anda”. É algum idiota que tem plano de saúde, algum hipócrita que nunca precisou de um hospital público.

Concedo aparte do Deputado Péricles.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Obrigado, Deputado.

Tivemos uma reunião da Bancada do PT ontem, tratando sobre a questão do orçamento. E fizemos uma análise de que o Poder Judiciário e o Ministério Público tiveram um grande aumento orçamentário.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Isso tudo é acerto. É acerto dos Poderes.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Exatamente. O Poder Judiciário inclusive pela mudança da base de cálculo aumentou. Poder Judiciário: 8,5%; 2008, 9%; 2009, 9%; 2010, 9% e agora vai para 9,5%. Ministério Público: 3,5%, 2003; depois 3,6%; 3,7%; 3,9%. Isso significa que se argumenta muito forte a favor da Defensoria Pública. Chamou-se a atenção na conversa que tivemos ontem, em Ponta Grossa está se

falando em construir um novo Fórum. Será que é prioridade? A Prefeitura de Ponta Grossa tem mais de 30 anos. É prioridade para Ponta Grossa abrir uma nova avenida, fazer um Fórum? Será que não tem outras prioridades? Será que a Defensoria Pública não é uma grande prioridade para o nosso povo humilde simples, que não pode recorrer a um advogado. Às vezes sem ser culpado fica na cadeia superlotando as cadeias públicas durante quanto tempo. Então é lamentável que isto esteja atrasando esse debate da Defensoria Pública. E existem projetos importantes, vai ser votado um projeto aqui que é da lavra do nosso Governador Orlando Pessuti.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Deputado Péricles, eu só queria interromper seu aparte, queria pedir ao Deputado Enio Verri um aparte, é diferente eu estou lhe pedindo um aparte, o senhor que foi Secretário de Planejamento deste Estado - a Defensoria, legalmente, pode ser estabelecida neste momento pelo atual Governador?

O Sr. Enio Verri (PT)

Claro que pode. Não há problema nenhum nisso aí.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Tem dotação, tudo certinho?

O Sr. Enio Verri (PT)

Na verdade, há previsão orçamentária e o debate que está sendo colocado, sendo dito até por alguns membros da futura base de Governo, é que as informações não são suficientes.

Ora, quantas coisas, quando se tem vontade política, se resolve pedindo mais informações, conseguindo mais informações e se constrói o consenso.

O que não há consenso não é na parte burocrática, não é na parte da legalidade. O que não há consenso na Casa é na necessidade. Esse sim o debate, porque há dúvidas. O que há dúvidas e eu sinto muito, é sobre a importância e isto não deveria ter dúvidas numa Casa que representa o povo do Paraná, em especial o povo mais pobre.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado, eu só queria ter esta questão, porque a política virá agora, os contra, a favor, mas V. Exa. foi um técnico do Governo e podia dizer.

Então, acho que o debate está amplamente favorável porque um técnico que é Deputado nos deu este parecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e que a Defensoria seja aprovada, porque é de interesse do povo. Não interessa a hora. A hora somos nós que fazemos e é agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sras. Deputadas, nossos visitantes, fizemos na manhã de hoje uma Audiência Pública justamente para fazermos um debate a respeito da Defensoria Pública e esclarecermos todas as dúvidas;

Fizemos um convite aos membros do atual Governo que lá estiveram - professor Nildo, esteve também a Dra. Josiane que é a responsável pela Defensoria no Paraná, estiveram presentes o Procurador Geral do Ministério Público do Estado do Paraná, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, o Dr. Marcos Fowler, Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Rosane Ferreira, Professor Lemos, estiveram vários convidados, entre eles pessoas ligadas aos movimentos sociais, movimento dos direitos humanos, esteve conosco o Dr. André, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Estaduais, também, que aliás está aqui conosco no Plenário, também conosco o Dr. Luciano que é Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, Dr. José Lucio Glomb, que é o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, enfim, diversas pessoas que vieram justamente para fazer esse debate e dirimir todas as dúvidas que porventura ainda estivessem pendentes, Deputado Reni Pereira.

Infelizmente, fizemos um convite, também estendemos o convite para que o grupo de transição do futuro Governador Carlos Alberto Richa pudesse estar presente, afinal tem partido do seu futuro líder, Deputado Traiano, os principais questionamentos ao projeto da Defensoria Pública, e infelizmente o Deputado Traiano também não pode ir, se não teria convencido de que tudo o que está falando não tem o menor sentido, porque tudo o que ele está falando ou porque desconhece ou porque não quer conhecer.

De qualquer forma, os dados, os números estão à disposição e o Deputado Ademar Traiano a hora que quiser pode acessá-los.

Fizemos um bom debate, contamos com pessoas de uma série de Cidades do Estado do Paraná, Londrina, Maringá, do Sudoeste do Paraná, e acredito que agora o caminho será fazermos esta que não é uma decisão isolada do Governador Orlando Pessuti, esta que não é uma decisão isolada deste ou daquele Parlamentar. Ao contrário, Deputado Quinteiro, Deputada Rosane, Deputado Caíto, vários Deputados aqui, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Jocelito Canto, vários Deputados já se manifestaram na prática, inclusive, favoráveis a que nós não criemos a Defensoria, porque não estamos criando nada, absolutamente nada. Apenas que nós façamos aquilo que espera a população do Paraná, que possamos colocar em votação o projeto, só isso! Se vamos ou não aprovar é uma história que vai ser resolvida no plenário. O que não é possível é tergiversarmos, é fugirmos indefinidamente do debate, é dizermos: “Sim, sou a

favor da Defensoria Pública”, quando encontramos com os eleitores, porque é simpático, é dizermos: “Sim, somos a favor da Defensoria Pública”.

Quando encontramos com a OAB até porque alguns são bacharéis de direito, outros advogados é dizer sim quando encontram os seus eleitores e dão o seu cartãozinho para procurarem a Defensoria Pública, aliás como falou muito bem a Dra. Josiane hoje. É dizer sim a Defensoria Pública quando ali na Rua Cruz Machado com a Alameda Cabral e encontram centenas de pessoas absolutamente sem condições, como falou Dr. Olympio Sotto Maior hoje, sem condições financeiras de contratar advogado e talvez alguns até encontrem algum eleitor que foram buscar na favela. Porque na época de eleição vão à favela, põe até calça jeans, botina e na favela dizem: “Se eu for eleito a Defensoria é minha prioridade”. Talvez encontrem eleitor seu naquela fila, aliás alguns encontram...

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O que me surpreende é que, ao mesmo tempo que este discurso doce é feito, não quero aqui colocar responsabilidade no futuro Governador, mas ao mesmo tempo que este discurso é feito é negado, eu não sei por quais vias exatamente, eu quero ser convencido que o projeto está errado, porque ao pararmos este debate, quero ser convencido que não podemos votar a constitucionalidade deste projeto este ano, se for o caso adiá-lo por 10, 20, 30 Sessões para que o próximo Governador possa examiná-lo e se achar conveniente fazer todas as alterações que entende que devam ser feitas. Quero ser convencido que não temos mais 200 milhões para o Poder Judiciário ou para o Ministério Público e por isso, por não termos, também não podemos ter os 25 milhões para a Defensoria. A Defensoria não pode ser um cavalo de batalha entre nós, até porque é muito pouco para ser um cavalo de batalha e não podemos fazer da Defensoria um cavalo de batalha! Mas tomou tal proporção, tomou um espaço na imprensa que dá a impressão que a Defensoria Pública é tudo que temos que fazer aqui e não é!

Temos outros projetos que são tão importantes quanto este, não menores, mas certamente não maiores! A pergunta que se faz e não sou um simples Deputado que vai fazer isso, um mero Deputado que está terminando o seu mandato, a pergunta é: “O que impede que possamos chegar e votar, ganhando ou perdendo?” O que leva os Deputados, como falou aqui o Deputado Jocelito, de uma forma bastante apaixonada porque este é o seu perfil, o que leva os Deputados a simplesmente saírem do plenário? É uma manobra regimental, Deputado Reni, que não foi utilizada em oito anos e V. Exa. sabe, sabe que muitas vezes me pediram para não ir a CCJ. O Deputado que é o Líder do Governo, Romanelli, não está aqui, mas ele pode confirmar isso.

Estou na CCJ há seis anos, muitas vezes me pediram não vá. E o Deputado Rossoni deve lembrar um das vezes que em São José dos Pinhais me pediram para não vir, porque havia um projeto que interessava a Oposição. Eu vim de São José e naquele momento votamos e a base do Governo perdeu o projeto. Mas eu como o Deputado Douglas, como outros Deputados não faltei a CCJ desta forma. Entendo que é regimental, e quem sou eu para querer dar lições como se fosse professor de Deus. Nem o Deputado Belinati, que é o Deputado mais experiente que temos aqui ousaria fazer isso, quem diria eu um simples Deputado de segundo mandato.

Sr. Presidente, V. Exa. tem se empenhado para que tenhamos aqui dentro acordos e que acordos possam ser cumpridos, que esse tenha sido um sinal dado de como se evitar que determinados projetos, esse e os 43 que estavam na pauta, que seja votado, que se ignore que temos uma pastoral carcerária que está mandando carta para todos os Deputados, que a pastoral carcerária esteja tão errada assim, que o Conselho Regional de Psicologia, que mais de 70 entidades que subscrevem o documento pedindo a Defensoria estejam tão errados assim. O próximo Governador Carlos Alberto Richa, que já se comprometeu a fazer a Defensoria Pública e não obstaculizar a Defensoria Pública, que ele esteja tão errado assim e toda a sociedade paranaense que embora peça para que o senhor esteja no plenário e o senhor prefere se ausentar, o senhor prefere sair do plenário, porque é mais interessante sair, mais fácil sair do que colocar para votar. É regimental, ninguém ignora isso.

Agora a pergunta é: será que vamos ter que fazer isso em todas as ações daqui até o final dos próximos quatro anos? Será que quando formos votar e não tiver quórum, nós não vamos ter absolutamente nenhum acordo e vamos pedir certificação de votação todas as vezes e as Sessões vão cair? Será que vamos para a CCJ e 100% dos projetos vamos pedir vistas? O Deputado Nereu já foi Deputado de Oposição. E com isso criar obstáculos que não prejudicam este Deputado ou aquele, prejudicam a população, porque são milhares de pessoas que hoje ficam esperando. E vão continuar.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Tadeu Veneri, V. Exa. há de compreender, ninguém é contra a criação da Defensoria. Não vamos partir para esse discurso do contrário, ou do a favor. V. Exa. está no seu papel. Só que o seguinte, estamos no final de Governo. Esse Governo que Governou o Estado por oito anos, está no Plano de Governo de quem ganhou a eleição de Governador, a criação da Defensoria. O que quero dizer a vocês: a pressa de criar essa Defensoria, para quem não criou. Desculpe-me, tenho V. Exa. como um brilhante Deputado, mas não vi V. Exa. fazendo a cobrança da Defensoria quando o Requião estava no Palácio Iguaçu. Poucas vezes e com voz muito baixa, porque se tinha um respeito muito grande pelo Governador ou se

tinha medo do Governador. V. Exa. é um Deputado reeleito, inteligente, altamente competente. V. Exa. vai nos ajudar o ano que vem a criar a Defensoria Pública no Governo Beto Richa, e V. Exa. vai dar a sua contribuição. Não vamos ser pautados, porque V. Exa. está querendo pautar o Deputado Traiano, é um direito regimental dele. V. Exa. tem o direito de fazer o seu pronunciamento, como eu tenho de lhe apartar. A questão da Defensoria Pública por mais que desagrade uns, eles vão nos ajudar a criar a Defensoria Pública a partir do ano que vem, implantada pelo futuro Governador Beto Richa.

É essa a nossa posição. O que nós podemos fazer? É negociar como é que poderemos aprimorar esse projeto. A pressa é inimiga da perfeição, para quem não teve tempo em oito anos, não tenha pressa em 20 dias, que nós temos ainda no período legislativo.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado, só duas correções que são necessárias: primeiro, o Governador Requião durante sete anos e meio e mais quatro não enviou o projeto para cá; segundo, o Governador Jaime Lerner em oito anos, também não enviou o projeto para cá. Não houve reclamação deste ou daquele segmento. O Governador Pessuti teve sete meses, teve a iniciativa de mandar o projeto, que pena que isso não tenha acontecido antes. Talvez V. Exa. não saiba - até porque eu entendo, tem outra atividade, outros compromissos - no passado nós já fazíamos esse mesmo movimento com a Defensoria Pública. Há três anos já fazíamos, e todos que estão aqui faziam esse mesmo movimento.

Aliás, hoje, foi colocado os documentos de todas as Conferências dos Direitos Humanos, de oito anos, nove anos atrás, pedindo Defensoria. Talvez, não tenha sido suficiente e, acho que não foi, mas que essa não é uma luta de uma semana para cá não é.

Volto a dizer, se o problema é quem vai assinar, quem vai fazer, vote-se em primeira discussão, deem-se os 60, 70, 90 dias e o Governador Carlos Roberto Richa põe o seu nome. Se for essa a grande dificuldade, se nós estamos trabalhando com as vaidades pessoas, agora não criem argumentos falaciosos quando não existe.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero antes de entrar aqui nas falácias que foram proferidas aqui pelo Deputado Jocelito Canto e o Deputado Tadeu Veneri cumprimentar o Governo Federal porque no dia de ontem começou a funcionar em Foz do Iguaçu a Defensoria Pública Estadual. Numa sala emprestada de favor na Justiça Federal, sem nem telefone, mas começou a funcionar.

Provavelmente vão atender algumas demandas na área criminal e não terão condições de atender aquilo que diz a Constituição da Defensoria Federal, na Área Cível.

Quero aqui cumprimentar o Governo Federal, que começou ontem a funcionar a Defensoria Pública Federal. Quero aqui dizer que esperamos nos próximos dias o detalhamento de como funcionarão as 22 regionais no interior do Estado do Paraná, para que eventualmente colocarmos lá também uma área específica com uma sala, com telefone, com assessor jurídico, com papel, com fax, com internet, para que possam trabalhar os defensores públicos do Estado do Paraná.

Com isso, Deputado Tadeu e Deputado Jocelito, quero dizer claramente que quem quer saber a intenção do Governador Beto Richa em relação à Defensoria Pública, que procure como disse o Deputado Rossoni no cartório onde está registrado o compromisso do Governador, com o Paraná que lhe deu a eleição. Esse compromisso ele fez.

Agora, ouvi a conversa do Deputado Jocelito, ele perguntava ao Deputado Enio Verri: “A parte mais importante do meu discurso foi quando fiz o senhor me falar a parte técnica. Eu fiz o discurso político e o senhor me deu a informação técnica se podia mandar?”

Pode mandar, se a Assembleia não votar o orçamento aqui e nós ficarmos aqui até o dia 31 de dezembro, no dia 31 de dezembro pode chegar aqui o Chefe da Casa Civil com a mensagem.

Agora, é correto isso Deputado Tadeu Veneri? Como disse, o senhor é muito inteligente. Aliás é um dos mais inteligentes desta Casa, sabe perfeitamente que não estamos fazendo um cavalo de batalha. Mas se a imprensa e algumas pessoas estão fazendo da Defensoria um factóide em final de Governo, querendo imputar uma vontade política ao Governador que está entrando, aos Deputados que farão parte do futuro Governo, por ter uma atitude responsável regimentalmente, e digo mais, tecnicamente poderia ser rejeitado lá, hoje, esse projeto.

Pedimos para o Deputado Ademar Traiano que tinha um voto separado com base em que vieram aquelas informações que não batem. A Secretaria da Justiça é um número, a Secretaria do Planejamento é outro número. Qual é a informação que atende o requisito legal da Lei de Responsabilidade Fiscal? Quanto vai ser suficiente, não para contratação de Defensor? Dá para equipamentos, para locação de imóveis ou eles vão colocar um banquinho na frente do Fórum e vão ficar lá esperando? Quem vai ficar lá esperando? Tem isso no projeto? Não tem!

O Governador já anunciou que vai fazer uma descentralização, vai criar regionais, agora, vamos antecipar! Vamos criar uma Defensoria, com o devido respeito e os meus cumprimentos ao Governador Orlando Pessuti, que pelo menos enviou para esta Casa o projeto. Saiu do debate e foi para a prática.

Agora, tecnicamente invocando aqui o parecer que foi dado pelo ex-Secretário do Planejamento, o senhor acha que é viável, faltando 20 dias para o nosso recesso,

aprovarmos um projeto de lei, estruturarmos uma carreira tão importante para o Estado, sabendo que o próximo Governador vai reestruturar toda a estrutura de funcionamento e administração do Estado, ou o senhor quer um projeto só para pendurar na parede? Ou o senhor quer um projeto para ter eficácia, uma função na vida das pessoas?

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

É isso que queremos com o debate que foi travado com o Deputado Traiano, com os Deputados. Por que não fizemos isso na CCJ? Porque o senhor trouxe as pessoas interessadas e não tínhamos mais prazo. O projeto está sob o pedido de vistas hoje. Ou votava, ou votava.

Esses esclarecimentos que foram feitos e mostrados para o Deputado Traiano e para todos os Deputados que querem debater. Aqui ninguém é contra o projeto da Defensoria, pode ter certeza, ninguém é contra. O que queremos é uma Defensoria que funcione, não só no papel!

Inclusive alguns Deputados que não vou citar o nome, da atual base aliada, pediram para o Deputado Traiano - podemos assumir o compromisso que seja um dos primeiros projetos de lei que o Governador encaminhe para esta Casa, o projeto da nova Defensoria - ele falou: “Pode ter esse compromisso do Governador.”

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Reni, V. Exa. está colocando com toda segurança possível o posicionamento que nós defendemos.

É importante que se diga aqui, a todos que nos escutam neste momento, que desde o primeiro instante falamos que deveríamos ter cautela, zelo com o erário público. Acima de tudo, respeitar quem assume o Governo a partir do ano que vem.

Aqui não se trata de defender vaidade desse ou aquele. Na verdade o que ocorre - e o Deputado Tadeu não afirma, porque a forma como conduz e revoga a defesa da Defensoria Pública é totalmente diferente daquilo que pensamos - na verdade esse projeto não oferece segurança jurídica, financeira e orçamentária.

As distorções são dentro da própria equipe de Governo. Portanto, não podemos ser irresponsáveis a ponto de votarmos uma mensagem da envergadura dessa, que com certeza pode comprometer a estrutura do funcionamento do futuro no apagar das luzes do Governo, que durante oito anos teve a oportunidade de encaminhar para cá mensagem como esta, para aprovar na sua base e não encaminhou, e agora, no afogadilho, encaminha diversas mensagens que impactam o orçamento financeiro do Estado e invade a competência do próximo Governador.

É por essa razão que preferimos afirmar, aqui, em alto e bom som que o Governador Beto Richa determinou que vai implantar a Defensoria Pública no ano que vem, com toda certeza. Portanto, não se preocupem aqueles que aqui estão, que pretendem ver o projeto implantado.

E diga-se de passagem, hoje ouvi uma declaração do Presidente da Ordem, ele mesmo afirma ter dúvidas e entendo que o projeto não tem necessidade de ser aprovado no afogadilho, porque ele é muito complexo.

Então, se o Presidente da Ordem assim entende, porque nós, Parlamentares, não podemos advogar, postergar um pouco o projeto, para que tenhamos, enfim, um projeto que contemple o sentimento maior do segmento e que possamos oferecer uma Defensoria Pública estruturada.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Reni Pereira, vejo uma contradição no que V. Exa. diz hoje da tribuna. Gosto muito da sua atuação, mas veja bem, V. Exa. começou comemorando a instalação a dois meses do novo Governo da Defensoria Pública, sem sala, sem telefone, sem estrutura.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Estava cumprimentando, pela iniciativa, mas alertando para as deficiências.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Não, V. Exa. está superfeliz, como representante de Foz do Iguaçu, porque as pessoas que precisam da Defensoria Pública Federal terão um espaço, para serem atendidas gratuitamente por uma carreira do plano federal. A mesma coisa, em melhores condições acontece na Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Veja, há uma alegação de que na colocação do recurso para instalação não tem assinatura do ordenador de despesa. Ora! O ordenador de despesa vai assinar lá na hora de fazer o cheque. Não tem participação nenhuma no processo legislativo, não determina ações de Governo. Então, o que veio para cá, veio para instalação. O Governo atual não vai fazer concurso, não vai definir onde vai instalar, vai apenas criar - com a rubrica orçamentária que tem - a estrutura da Defensoria Pública.

No começo deste ano apresentei um projeto que V. Exa. sabe, um estudioso da Constituição, um projeto inconstitucional, criando a Defensoria Pública do Estado do Paraná. Este projeto foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa, unanimidade dos presentes. Projeto meu, de um Deputado, que não poderia ser, para provocar o Executivo. O Governador vetou, obviamente, pela inconstitucionalidade e encaminhou um outro projeto.

O Deputado Tadeu Veneri coordenou quatro ou cinco Audiências Públicas. E aí vem o Deputado Ademar Traiano, dizer que o assunto tem que ser mais debatido. Em nenhuma destas reuniões ele compareceu para debater. É isso, Deputado. Acho que V. Exa. pecou pela comemoração da Federal em Foz do Iguaçu e pela negativa da instalação da Defensoria no Estado do Paraná.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Só quero alertar que o Deputado Caíto Quintana pecou duas vezes. Primeiro, porque não entendeu que logicamente ao enaltecer a postura, alertei da criação da

Defensoria Pública sem as condições de funcionamento, que graças à Justiça Federal começou hoje. Mas, não terão condições de atender a demanda se não houver uma estruturação.

Segundo, quando V. Exa. fala do ordenador de despesas. A Lei de Responsabilidade é clara, quando diz que tem que ter declaração. Não existe declaração sem assinatura do ordenador de despesa. Declaração do ordenador de despesa do ano que deva entrar em vigor e dos dois subsequentes...

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Orçamentária. Ordenador de despesas poderá nem ser o mesmo. Orçamentária, tem que ter a dotação. Não ordenador de despesas.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Com certeza não será o mesmo. Porque regimentalmente, se aprovado hoje na CCJ, este projeto iria para a Comissão de Finanças. Mais uma semana que poderia algum Deputado pedir vistas. Mais outra semana. Já chegaríamos em 20 dias, que vai o seu encerramento. Vem para Plenário. Algum Deputado pode oferecer emenda. Volta para a CCJ. Mais uma semana. Necessariamente, este projeto iria para sanção e publicação no ano que vem. Quem irá ordenar será o Beto Richa, então não tem problema da questão da vaidade. Então, isso está líquido e certo. Quem iria na verdade criar a Defensoria, mesmo com este projeto, se fosse aprovado, seria o Beto Richa. Agora, por que não esperar mais 40 dias, para vir em um formato do novo modelo administrativo que o Governador se comprometeu com o Paraná, que foi quem o elegeu? Quem elegeu o Governador não foi o Deputado do PT, não foi o Deputado do PMDB ou do PSDB mas foi a população do Paraná e ele se comprometeu em levar uma nova modernização administração para o interior do Estado do Paraná e para todo o Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

É importante o seu pronunciamento, Deputado Reni, e posso falar a respeito desse assunto porque desde os primeiros momentos do meu primeiro mandato, há quase quatro anos, defendi a implantação da Defensoria Pública. Inclusive, com o Deputado Tadeu Veneri estive participando de diversas Audiências defendendo a implantação no Estado do Paraná, sendo que inclusive fiz o pedido pessoalmente ao ex-Governador Roberto Requião, que me respondeu inclusive mal-educadamente.

Nesses quatro anos não ouvi nenhuma manifestação positiva do Governo do PMDB para que houvesse a implantação da Defensoria Pública. Neste ano defendemos um plano de Governo em campanha e está lá no plano de Governo do Governador eleito, Beto Richa, a implantação da Defensoria Pública. Daqui poucos dias já vamos começar a discutir com propriedade e vamos trazer aqui um projeto muito bem elaborado, podem ter certeza.

Então, temos que comemorar realmente. Acho que caminhamos muito e no ano que vem teremos uma Defensoria Pública bem projetada. Agora, gostaria de dizer que temos que avançar ainda mais porque o Governo do Beto Richa pode também investir nos Núcleos de Práticas Jurídicas das universidades estaduais, que já fazem o papel da Defensoria Pública hoje. E se fizermos um investimento pesado nas universidades estaduais, poderemos dar exemplo para o Brasil de assessoria jurídica gratuita para os nossos cidadãos. Então, queria parabenizá-lo e tenho certeza absoluta de que no ano que vem teremos uma Defensoria Pública bem elaborada.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado!

Concedo também um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Rapidamente, agradeço o aparte que V. Exa. me concede!

Só para não deixar dúvidas, um Deputado do seu partido, que estava hoje inclusive na Audiência Pública, o ex-Deputado Scarpellini apresentou um projeto para fazer o debate aqui há seis anos. V. Exa. está dizendo que vão trazer um projeto novo que inclusive, como disse o Deputado Marcelo Rangel, contemple os Núcleos de Prática Jurídica. Leiam o projeto porque ele já prevê isso! Leiam o projeto. Acho que se o projeto será tão bom, vou lhe oferecer hoje a cópia dele porque não vai ser diferente disto, mas será só uma questão de vaidade, sim.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Tadeu, concluindo, falei aqui para V. Exa. que certamente V. Exa. quer, principalmente a população que precisa da Defensoria tenha um defensor público à sua disposição e funcionando. V. Exa. não quer por vaidade e por um cavalo de batalha aprovar uma lei que não gere efeitos. Se o Governador quiser, ele pode inclusive fazer parcerias e estabelecer a Defensoria. E com certeza o que falei que o que não queremos é uma lei para estampar na parede, queremos uma eficiência e acima de tudo uma Defensoria que esteja trabalhando e quem vai fazer isso não é o atual Governo, com o devido respeito, porque não dá tempo. Pelo raciocínio matemático que fiz aqui, na melhor das hipóteses temos mais 40 dias regimentais para empurrar esse projeto. Será o próximo Governador, então para que aprovar uma lei para colocar um diploma legal na parede?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, rapidamente quero justificar a questão ocorrida hoje na CCJ com relação à minha pessoa.

Primeiramente, acho importante colocar claramente aqui que no dia 17 de março de 2009 aprovamos nesta Assembleia um requerimento encaminhando ao Secretário da Justiça, subscrito pela minha pessoa e pelos Deputados Antonio Belinati, Elio Rusch, Beti Pavin, Ademar Traiano, Fernando Carli Filho, ainda Deputado, e Luciana Rafagnin, onde perguntaríamos quais as ações que efetivamente o Governo do Paraná, através da Secretaria da Justiça e Cidadania, está tomando para estruturação do quadro funcional de carreira da Defensoria Pública. E nós, os sete, assinávamos esse documento. Naquele momento tivemos uma resposta colocando claramente a inexistência da Defensoria Pública, como efetivamente deveria ser no Estado do Paraná. Inclusive o Secretário da Justiça apontava a necessidade de uma mensagem que deveria ser encaminhada a esta Casa de Leis. O Deputado Ademar Traiano me ajudou a fazer esses questionamentos.

Sou suplente da CCJ, hoje pela manhã participei quase que a manhã toda da Audiência Pública da Defensoria Pública, e estranhei que não tivéssemos lá outros Deputados com dúvida do projeto, para sanar algumas dúvidas. Antes do início da CCJ me certifiquei que o meu titular estaria presente na Sessão, o que foi confirmado pelo seu gabinete. Mesmo assim me dirigi à Sessão. Chegando lá, Deputada Beti Pavin, com oito minutos de atraso, já havia encerrado por falta de quórum.

Faço uso da palavra, Deputado Cheida, Deputado Tadeu Veneri, porque não vou admitir em hipótese alguma nenhuma culpa por aquela Sessão não ter dado quórum, até porque se tivesse a menor sombra de dúvida que o meu titular lá não estaria, eu estaria presente, pode ter certeza, como de fato o fiz na sequência. Quero dizer, Deputado Tadeu Veneri, que daqui até o recesso, todas as terças-feiras estarei lá, independente das manobras, dos estratagemas, do que acontecer, lá estarei.

E quero dizer, conversando agora mesmo com outro Deputado, não entendo o porquê não poderíamos hoje votar a constitucionalidade do projeto, haja vista que é constitucionalíssimo, e que pudéssemos depois, aqui, neste plenário, discutir o mérito, discutir as outras questões, discutir as dificuldades que pudessem ser apresentadas. O que eu acho ruim dessa história toda é amanhã termos nos jornais: “Defensoria Pública não é votada por causa de falta de quórum na CCJ”, porque não conseguimos reunir sete Deputados para fazer com que o projeto tramitasse. E isso, Deputada Beti, atinge a todos nós.

A revista Veja desta semana trazia o Paraná como campeão de população presa, campeão de presidiários, e a grande maioria não, mas um montante substancial está nas delegacias em péssimas condições, o que só agrava o problema de violência no nosso Estado.

Hoje, naquela Audiência Pública, foram colocados inúmeros exemplos de problemas, crianças que vão a óbito porque não têm alguém que assegure a obrigatoriedade do Estado prover o medicamento, ou a sua assistência, ou outras questões. E com isso não podemos continuar colaborando.

Então fiz uso, tenho 15 segundos para encerrar o meu pronunciamento, fiz questão de firmar aqui o meu compromisso com a Defensoria Pública e com a vossa causa, Deputado Tadeu Veneri.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

Cerimônia de Lançamento do Selo Comemorativo ao Cinquentenário do Conselho Regional de Farmácia

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Reservamos o Grande Expediente para a cerimônia do selo comemorativo do Conselho Estadual de Farmácia do Estado do Paraná. Consulto os Deputados Antonio Belinati e Douglas Fabrício se poderiam se pronunciar após esta cerimônia. Agradeço os Deputados pela gentileza.

Aproveitando, quero saudar os funcionários do Grupo Anila, de Fernandes Pinheiro, que hoje nos visitam. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Concedo a palavra ao Diretor dos Correios, Sr. Itamar Ribeiro, para que ele possa dar início a essa cerimônia onde lançamos o selo comemorativo ao Cinquentenário do Conselho Regional de Farmácia.

Sr. Itamar Ribeiro

O SR. ITAMAR RIBEIRO

Meus cumprimentos à Mesa, às autoridades presentes, senhoras e senhores.

A filatelia faz hoje uma das mais significativas homenagens através do lançamento do selo ao Conselho Regional de Farmácia. É uma satisfação estar homenageando uma importante entidade que luta pela ética e a saúde de todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Antes de passarmos para as assinaturas da peça filatélica, concedo a palavra a Sra. Marisol Dominguez Muro - Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná.

Sra. Marisol Dominguez Muro

A SRA. MARISOL DOMINGUEZ MURO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Nelson Justus; Exmos. Deputados; colegas farmacêuticos; Dr. Miquel Caputo, que foi nosso Secretário Municipal de Saúde de Curitiba; demais colegas, senhores e senhoras. Cumprimento a todos em nome do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná.

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Exmo. Deputados, colegas farmacêuticos, senhores e senhoras, eu os cumprimento em nome do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná.

O motivo de estarmos hoje aqui é para festejarmos. Estamos comemorando 50 anos da criação do nosso conselho de classe e consequentemente o reconhecimento legal da nossa profissão. Queremos compartilhar esta festividade com os senhores, representantes da sociedade a qual oferecemos nossos serviços.

A profissão farmacêutica é milenar, em Eclesiástico, está escrito: *o farmacêutico compõe unguentos úteis à saúde e seu trabalho não terminará, até que a paz divina se estenda sobre a face da terra.*

Represento aqui mais de 13 mil farmacêuticos inscritos no Paraná que se graduaram nas 31 instituições de ensino do nosso Estado e hoje estão nos diversos setores das 74 áreas de atuação profissional como análises clínicas, farmácias comunitárias: públicas e privadas, farmácias hospitalares, pesquisa e ensino.

Muitos e eternos são os nossos enfrentamentos. Acompanhamos a mudança do cenário da profissão de acordo com as transformações históricas da sociedade.

Vimos a farmácia com manipulação fechar suas portas com a industrialização do medicamento e depois, tímida retornar ao cenário exercendo importante papel na manipulação de medicamentos e cosméticos com preços mais acessíveis. A farmácia comunitária ganhou enorme espaço e passou a vender medicamentos industrializados, transformou-se em comércio farmacêutico e com muita luta retorna aos poucos como estabelecimento de saúde, com farmacêuticos presentes, dispensando e orientando o usuário.

Hoje vislumbramos um futuro promissor quando o Ministro da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária reconhecem publicamente a farmácia como estabelecimento de saúde, publicando em 2009 a BDC 44, retirando o medicamento do autoatendimento e enaltecendo o serviço farmacêutico. Com orgulho, recordamos que no nosso Estado já havíamos efetivado uma resolução desde 1996 com estas conquistas, temos sido pioneiros nos avanços que a saúde necessita.

No serviço também avançamos muito. Temos a presença de farmacêuticos em quase todos os 399 Municípios. A grande maioria dos gestores enxerga inteligentemente, que o farmacêutico é capaz de gerenciar e trazer benefícios farmaco-econômicos ao serviço público.

O laboratório clínico também passou por mudanças significativas e radicais. De pequenos laboratórios ligados a hospitais e clínicas, para um mercado voraz, de grandes laboratórios com capital estrangeiro espalhado postos de coletas pelo País. Grandes investimentos se fazem necessários para acompanhar as necessidades do mercado com uma receita cada vez menor, resultado de altas taxas e impostos, tabelas de pagamentos defasadas, transformando o segmento num negócio de risco.

Na área de medicamentos o Estado do Paraná conta com duas grandes indústrias: Sandoz em Cambé e a Pratti Donaduzzi em Toledo, que empregam cada uma

mais de 2 mil funcionários. Sentimos também a necessidade da participação das universidades estaduais no processo de produção de medicamentos, uma vez que há de sobra mão de obra capacitada, e podemos criar condições para isto.

Assim, através das comissões do CRF, formada por farmacêuticos voluntários das mais diversas áreas: indústria cosmética, indústria farmacêutica, distribuidoras, farmácia de manipulação, farmácia de dispensação, análises clínicas, ensino, farmácia hospitalar e serviço público; é que norteamos nossas ações para construir um avanço em cada segmento profissional e assim possamos oferecer um trabalho de excelência aos cidadãos do Paraná.

Precisamos muito do apoio dos senhores para que nossos projetos sejam factíveis. Coloco a disposição nossos serviços, desde o centro de informações sobre medicamentos ao trabalho de todos nossos colaboradores.

Agradeço a oportunidade deste espaço para esta breve apresentação e para o lançamento do selo comemorativo dos 50 anos do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná.”

Obrigada.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para a obliteração, quero convidar o Deputado Duílio Genari e a Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado, Sra. Marisol Dominguez, para que tenhamos aqui neste momento o carinho da peça filatélica.

(Aplausos)

Esta Presidência agradece a presença dos membros do Conselho Regional de Farmácia que muito orgulham nosso Estado, neste ato representado pela Sra. Marisol. Fazer um agradecimento especial ao Diretor dos Correios do Paraná, Sr. Itamar Ribeiro. Muito obrigado. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa e contem sempre com o apoio da Assembleia.

Concedo a palavra, agora, ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente Nelson Justus, demais Deputados e representantes dos farmacêuticos que aqui estão.

Houve um tempo em que diziam que quem não tinha o apoio do Padre da Cidade não ganhava eleição. Eu diria que o farmacêutico que é bom de voto, porque ele conhece a população do seu bairro, da sua região. Grande parte dos farmacêuticos é líder. O candidato que não tiver a simpatia do farmacêutico do local está ralado e volta para casa derrotado.

Independente da força política, tem muito farmacêutico que, na minha visão, entende mais da doença do povo do que o próprio médico. Às vezes o médico não consegue acertar o remédio, mas vamos lá no farmacêutico, ele bate o olho e já sabe do que o paciente precisa.

Parabéns a todos que aqui estão representando a categoria, porque seriam milhares no Paraná. A homenagem desta Casa a tão valiosos profissionais.

Sr. Presidente, recebo do policial militar Gabriel de Toledo uma indagação ao Governador Pessuti. Alô Pessuti, tem aí a reestruturação do Quadro da Polícia Militar estabelecida em quatro fases, o Governo pagou três fases e até agora falta a quarta fase para pagamento dos policiais militares. O nosso gabinete está ali para atender os policiais e cobrar do Governador o atendimento.

De Foz do Iguaçu, recebo e-mail do meu amigo Jaquinta. Ele me viu falando ontem da ideia desse pessoal que acabou de ganhar a eleição no Brasil e, num ato de traição ao povo, já estão se coçando para trazer de volta a CPMF. Isso é traição! É golpe rasteiro! Em São Paulo tem um painel do quanto atingiu de impostos o Brasil. Se colocar todo aquele dinheiro numa praça e der para o Ministro da Fazenda contar, e se contar certinho, pode levar aquele dinheiro para casa e ele não vai conseguir contar. O Governo nunca arrecadou tanto dinheiro como agora! Se no cofre não tem mais espaço para tanto dinheiro, para quê trair o povo? O povo acabou de votar! Está no clima de comemoração! Nem houve a posse do novo Governo e já querem ferrar o povo! Temos que ser solidários ao povo, no sentido de defender, para que esse gesto não se pratique mais.

Agora, o Governo está jogando bem: “Eu não quero, mas é o Governador que está querendo, é o Deputado que está querendo”. Daqui a pouco a Dilma é capaz até de chorar e dizer: “Olha, vamos implantar a CPMF a contragosto, porque estamos sendo obrigados a fazer isso”. Tudo lorota, tudo mentira! O pior é que tem uns ingênuos que acabam acreditando! Na minha ótica, só não comentaram antes das eleições porque perderiam o pleito eleitoral.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Registro a posse, Presidente Zucchi, do SINDUSCON do Paraná, que é um sindicato dos mais importantes, a posse do Normando Antonio Baú, para a gestão de 2010/2013, no dia 29 de novembro às 20h, no Clube Curitibano. A nossa homenagem à toda nova diretoria do Sinduscon.

Estamos vendo como anda a situação da violência. Aqui no Paraná, em Jacarezinho, uma aluna jogou uma carteira no professor. Agrediu o professor. Em Ribeirão Preto uma criança de sete anos, criança inteligente, telefonou para a Polícia para denunciar que estava sendo agredida pelos pais. Interessante! Acho que toda criança deveria receber esse tipo de orientação de saber qual o número do telefone caso ocorra alguma agressão do pai, da mãe, do padrasto, da madrasta, de parente ou até de estranho.

E no interior do Maranhão, coitado do Padre, ordenado Padre há poucos meses, estava indo celebrar uma missa num povoado, alguém deu com a mão, pediu

carona, o Padre, Dr. Batista, deu carona, ato de caridade, de amor, e o que aconteceu? Ordenado Padre há pouco tempo, com 28 anos, acabou sendo assaltado e morto. É uma pena!

Teve um tempo que as pessoas, às vezes, davam até pernoite na casa, alguém que estava em viagem, num lugar pequeno, às vezes por falta de hotel ou hotel lotado - o senhor pegou esse tempo, eu peguei também - era possível numa pequena Cidade, estarmos em viagem, muitas vezes a estrada não tinha asfalto, e alguma família que nem conhecíamos hospedava quem estava em viagem. Só que lamentavelmente, pelo ritmo que tomou a violência neste Brasil, pode acontecer igual ao Padre, você vai dar pernoite para alguém que não tenha onde dormir, vai recolher para dentro da sua casa e pode pagar com a própria vida, como o Padre pagou, porque deu carona para um estranho.

Recebo de Maringá o jornal O Comerciante, da terra do Dr. Batista, da Cida Borghetti, do Quinteiro, do Nishimori, e achei esse jornal muito interessante, bonito, bem feito, com notícias interessantes. Ele é dirigido aos comerciantes de Maringá. Quero parabenizar o presidente do sindicato, Leocides Formazza, também o Benedito Vieira, Nivaldo Francisco Campos, Marco Antonio de Souza, Marco Paulo de Souza, Luiz Carlos dos Santos, Celso Luiz Schivin, o Moacir Paulo de Moraes, o Hamilton Pedro dos Santos... (ininteligível)... Esse jornal é dirigido a quem trabalha nas lojas, no comércio. Aí ele estampa aqui uma foto do Magazine Luiza dizendo o seguinte: *Magazine Luiza punida por desrespeitar as leis trabalhistas*. É uma organização grande, não respeitou a lei, o Magazine Luiza, como outra empresa também que assim proceder tem mais é que ser multada mesmo, porque lei trabalhista foi feita, foi criada para garantir direitos aos trabalhadores.

Aí tem aqui, ainda no jornal O Comerciante: *Empresa que nega direito a licença-maternidade infringe a lei*. Isto é bom para o comerciante, começa a saber o seu direito, é bom para o empregador saber também que agora tem a lei da licença-maternidade, que o empregador tem que cumprir, tem que obedecer. Caso contrário, ele está sujeito a multa.

E mais ainda: *Justiça condena empresa que impedia o empregado de ir ao banheiro*. Misericórdia! Vai ver que este patrão, o patrão que proíbe o empregado de ir ao banheiro, tenho a impressão que não usa banheiro. Deve ser um fenômeno! O patrão para chegar para o empregado e falar: "Aqui na minha empresa não pode ir ao banheiro - deve ser um fato excepcional. Deveria ser até estudado este tipo de empregador. Quer punir o empregado? Tem que punir esse mau patrão pelo mau exemplo de querer proibir o empregado de ir ao banheiro.

E por último está se debatendo aqui a Defensoria Pública para o Paraná que eu tenho defendido desde o começo deste nosso mandato, quinto mandato de Deputado Estadual, que tem que ter uma Defensoria para

defender o povo, para o povo poder fazer seu desabafo, desaguar ali os problemas que ele vem enfrentando na área do serviço público. Às vezes o próprio servidor público tendo uma Defensoria, até o servidor público vai comparecer ali para expor os seus problemas e na expectativa de que providências sejam tomadas.

Somos sim, amplamente favoráveis a criação da Defensoria Pública em todo Brasil, já passou da hora de termos Defensoria Pública.

Agora tem uma coisa: querer culpar aqui o Governador Beto Richa que nem tomou posse, nem estava no Brasil, voltou hoje. E deve estar com uma fila de 30, 40, 50 mil pessoas nos 399 Municípios deste Paraná querendo cargo, gente agarrando, bajulando, bajulando quem eles acham que vai mandar no próximo Governo para pegar uma boca, um emprego de Secretário, de Diretor, de Chefe de Núcleo. Imagino a cabeça do Beto, certamente ele gostaria de atender a maior parte dos pedidos que está recebendo, mas ele não vai ter tempo daqui até o dia da posse de poder triar. Se ele parar para ler os currículos, então termina o mandato e ele não vai poder sequer ler.

Cada Município tem suas reivindicações: grupo de lá, grupo de cá, grupo que apoiou, quem não apoiou, mas faz de conta que apoiou, muita gente atrás de cargos no Governo do Paraná, menos de 30 mil não é de jeito nenhum!

Então, qual é o tempo que o Beto Richa vai ter para saber se aqui vamos votar tal projeto, se vamos votar a favor ou contra, vamos tirar isso da cabeça! Agora o Beto vai se concentrar, mais do que nunca, para organizar a sua equipe, às vezes tem uma multidão querendo o cargo e nesse meio não tem a pessoa ideal para esta ou aquela Secretaria. Às vezes a pessoa tem uma bronca na Justiça, às vezes a pessoa não aceita, isso aconteceu comigo, deve ter acontecido com o Cheida: nós nos elegíamos e íamos atrás de determinada pessoa, todo empolgado para ajudar a administrar a Cidade e a pessoa achava o salário pequeno. Um dia eu convidei um dos maiores tributaristas para ser Secretário da Fazenda quando Prefeito: "Quanto é o salário?" "Uns R\$ 6 mil por mês." "Você está gozando na minha cara, um cliente que atendo eu cobro de R\$ 200 a 300 mil e você vem me oferecer um emprego de R\$ 6 mil por mês? Ainda sujeito a ter problema com o Ministério Público e outras encrencas."

Faço aqui uma defesa do Beto Richa, mas a regra vale para todo Brasil, acho que a estas alturas ele não tem um minuto para ficar pensando o que a Assembleia está discutindo, o que vai votar o que não vai votar. Fica aqui esta defesa desejando sucesso ao Beto Richa e dizemos: "Somos sim, favoráveis a Defensoria Pública", defesa e posição que tomamos, não agora, mas desde os primeiros dias em que chegamos a esta Casa para cumprir o mandato de Deputado.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Estava escrito para usar à tribuna no Pequeno Expediente e queria me referir na oportunidade ao pessoal das farmácias, os farmacêuticos que estavam aqui, o pessoal ligado ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná e que hoje foram homenageado aqui e a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas Seção do Paraná também tinham profissionais aqui hoje nesta tarde, Sindicato dos Farmacêuticos do Paraná também estiveram aqui hoje presentes, Associação Paranaense dos Farmacêuticos, pessoal ligado a esta área, lideranças estaduais da categoria.

Hoje tem aproximadamente 14 mil profissionais no Estado Paraná, como já falou aqui a Presidente a Dra. Marisol Dominguez Muro, que esteve aqui falando. O selo comemorativo dos 50 anos do Conselho Estadual do Paraná, ouvimos as lideranças dos Correios. Quero só me referir aos farmacêuticos que trabalham lá na minha região, voto de parabenização a todos por esse evento que a Assembleia Legislativa sediou. E também que lá em Campo Mourão o Sr. Osvaldo Bronsk, farmacêutico pioneiro da nossa Cidade, da nossa região. Ele ajudou muitas pessoas, como citado aqui pelo próprio Belinati. Esse Dr. Osvaldo Bronsk, farmacêutico profissional de história lá na nossa Cidade.

Quero deixar aqui o registro, estamos falando dos profissionais, aqueles que fizeram faculdade, puderam fazer um curso superior e hoje são profissionais na área farmacêutica. Mas também aproveitar, em todas as profissões tem aquelas pessoas que às vezes não conseguiram na história fazer um curso superior e trabalham hoje em farmácias como atendentes. E alguns que tem o conhecimento pela história, pela vida, só deixar o registro. Lembro lá em Campo Mourão do Maneco da farmácia. Até uma vez fiz uma homenagem a essa Maneco da farmácia, que é o Manoel do Nascimento, aqui estava lotado de gente o plenário, que eram dos trabalhadores das empresas, que fizemos para o Paraná inteiro e lá da região nós trouxemos o Maneco da farmácia, que não é farmacêutico, mas um atendente de farmácia, uma pessoa que não é farmacêutico na profissão pela faculdade, mas atendente de história na Cidade de Campo Mourão. Quero só deixar esse registro a esses profissionais que tem o seu grande valor no caso do Paraná, em especial Campo Mourão e região.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário da Liderança dos Democratas concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento de diversos Parlamentares que se manifestaram, em relação, a Defensoria Pública, que é objeto de discussão, no momento, na CCJ, uma mensagem que o atual Governador Orlando Pessuti, envia para a Assembleia Legislativa, com o objetivo de criar, de instituir a Defensoria Pública no Estado do Paraná.

Tenho discutido essa questão com os Deputados Ademar Traiano, o Valdir Rossoni, com algumas pessoas que fazem parte da equipe de transição do próprio futuro Governador Beto Richa e de sua consciência como disse o Deputado Reni Pereira - acredito que ninguém é contra a criação, a instalação no nosso Estado, da Defensoria Pública. Todos queremos e é algo necessário que se crie.

Mas vamos entender, Srs. Deputados e caros paranaenses que nos assistem pela TV SINAL, nunca vi na história republicana do nosso País, nunca vi na história política e administrativa - eu este ano completo 34 anos de vida no Legislativo, 14 anos no Município e 20 anos aqui no Parlamento do Estado do Paraná - nunca vi em Governo nenhum nem Municipal e nem Estadual, o Governo que perde a eleição é que cria leis e ditas as normas para o futuro Governador.

Ora, o que pode acontecer sim, quando existe a sintonia entre Governo atual e futuro Governo, ou seja o mesmo segmento, ou seja adversários políticos, desde que haja concordância.

Agora, não podemos aceitar isso de forma alguma isso no Estado do Paraná. Não tenho conversado como futuro Governador Beto Richa a respeito desse projeto. Não tenho conversado com ele. Agora isso mexe com a política de Governo. Isso mexe com o orçamento. Isso mexe com a política administrativa a partir do ano que vem.

Todos nós sabemos, e com todo o respeito, conhecemos o Orlando Pessuti, que foi nosso colega aqui na Casa. Foi Deputado Estadual, foi Presidente desta Casa, quando éramos Deputados aqui. Hoje ele foi eleito Vice-Governador do Estado do Paraná. Agora eu não sei o que passa na cabeça do Governador Orlando Pessuti. Ele envia para esta Casa uma mensagem criando duas Secretarias de Estado.

Deputado Augustinho Zucchi, que preside a Sessão de hoje, o Governador manda uma mensagem para a Assembleia criando duas Secretarias no final do seu mandato. Hoje estamos no dia 23 de novembro, no dia 1º de janeiro é outro Governador, são trinta e poucos dias que separam este Governo, do novo Governador. Como é que a Assembleia Legislativa vai querer criar, aprovar, as duas Secretarias novas instituídas e enviadas aqui para a Casa pelo atual Governador? Não é concebível que aceitemos isso.

Volto a falar da Defensoria Pública, eu citei Deputado Marcelo Rangel, a criação dessas duas Secretarias para que os paranaenses possam nos entender. Isso não é possível. Isso não é aceitável. Isso não é republicano. Isso não é democrático.

Já disse dessa tribuna, tudo que o Governador Orlando Pessuti precisa para terminar o seu Governo, seja no remanejamento dos recursos por suplementação orçamentária para suplementar para suplementar alguma dotação no orçamento, alguma rubrica para concluir as suas obras que foram iniciadas, estaremos aqui aprovando as leis para que o Governo Orlando Pessuti termine o seu mandato. Mas o seu mandato termina no dia 31 de dezembro de 2010. Mas dia 1º de janeiro de 2011 começa um novo mandato, um novo Governo e temos que respeitar os resultados das urnas, independente se você foi eleito no 1º turno, ou no 2º turno. Ora, o Beto Richa foi eleito no 1º turno, Governador do Paraná. Disse o Deputado Reni Pereira: “Quem o elegeu foram os eleitores.”

A Presidente Dilma Rousseff foi eleita Presidente da República no 2º turno e quem a elegeu foram os eleitores do Brasil. Ela será investida no cargo e temos que respeitar isso, desejando sucesso e que ela faça uma boa administração em favor do nosso País. Como desejamos ao Beto Richa. Mas não só nós na Assembleia Legislativa, pelo amor de Deus. Não vamos nós aqui aprovar projetos que mexem com a estrutura organizacional do Governo do Estado, criar Secretaria, instituir agora a Defensoria Pública.

Tenho recebido correspondência da UNIOESTE, do *campus* de Marechal Cândido Rondon, que faz referência ao projeto de lei que visa criar a Defensoria Pública.

Lembra o *campus* da UNIOESTE, que tem o curso de Direito, na Cidade de Marechal Cândido Rondon? Lá existe um convênio entre a UNIOESTE e a Prefeitura desde 2007, em Marechal Cândido Rondon, que presta um serviço aos mais necessitados e mais carentes. Foram atendidos conforme correspondência da UNIOESTE assinada pelo diretor do *campus* daquela instituição, bem como pelo diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, professor Dr. Juarez Bortolanza, e também pelo coordenador do curso de Direito, Dr. Roberto Nassar, que dizem que foram atendidas 7 mil 673 pessoas até agora. Eles entendem da necessidade de envolver, sim, as universidades estaduais que têm o curso de Direito.

Tomei a liberdade e liguei hoje para a Dra. Sônia, da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Fui muito bem atendido por ela, me deu retorno e perguntei quantos cursos de Direito temos nas universidades públicas estaduais. Ela disse que são sete; três na UNIOESTE, porque a UNIOESTE tem diversos *campi*; um em Marechal Cândido Rondon, outro em Foz do Iguaçu e outro em Francisco Beltrão. Além disso tem na UEL em Londrina, na UEM em Maringá, na UEPG em Ponta Grossa e também na UENP que é em Jacarezinho. São sete cursos de Direito que temos nas universidades estaduais.

Temos a Universidade Federal do Estado do Paraná. Segundo informações do levantamento que fizemos, também tinha convênio entre o Governo do Estado, o Tribunal de Justiça e a Universidade Federal para prestar esse serviço, mas esse convênio não existe mais há alguns anos. Não sei se foi rompido ou não foi renovado no período do Governador Roberto Requião ou antes, mas não nos interessa. O que precisamos é buscar nas universidades estaduais ou públicas, porque essas precisam, sim, se envolver com a universidade. A sociedade tem que se envolver com as universidades.

É neste momento que temos que discutir exatamente com todos os segmentos da sociedade e não com apenas alguns.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Estou verificando um assunto que, como diz o ditado, “Inês é morta”. Na LDO já se acrescentou uma despesa a mais com os Poderes em torno de R\$ 408 milhões. Essa despesa já foi acrescida parte para o Ministério Público, parte para o Tribunal de Justiça do Paraná. Esses R\$ 400 milhões - V. Exa. já pode escrever aí - 400 milhões a menos na ponta e 400 milhões a mais para a gordura dos Poderes.

O que era para ser discutido, já foi discutido. Se vier a Defensoria Pública dentro desse orçamento, acho que vai dar impacto de 0,27%.

Então, acho que é preciso que V. Exa. convoque seus Pares e faça uma análise mais profunda da questão da LDO, que vai dar impacto financeiro em 2011.

Esta é a questão que gostaria que V. Exa. observasse, que efetivamente, na prática, a sangria já foi feita.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Neivo Beraldin, sabemos, aquilo aprovamos na LDO quando votamos. Aumentamos o percentual para o Tribunal de Justiça, para o Ministério Público, para outros Poderes. E lógico, isto vai dar um impacto onde? No Tesouro do Estado. Tem menos recursos. Então, quanto menos recursos tem, menos recursos tem para investir. Agora, não quero entrar na questão da LDO, no impacto econômico dos outros Poderes, mas quero falar da Defensoria Pública.

Aquelas pessoas que vão para a rua agora, pedem a Defensoria Pública. Engraçado, durante oito anos não falaram. Em oito anos não se falou! Sabemos que o Orlando Pessuti é Governador, ele assumiu em abril. Mas ele era Vice-Governador, era o PMDB que estava no Poder. O corpo técnico da Secretaria da Justiça ou da maioria das Secretarias é o mesmo! Deve ser o mesmo, não mudou muito. Agora, no apagar das luzes dizer: Deve ser o mesmo, não mudou muito. Agora, no apagar das luzes dizer: “Olha, estamos criando a Defensoria Pública”, é coisa que vai impactar economicamente, mexe com política. Isto tem que deixar para o futuro Governador. Não é justo, não é correto. Eu nunca vi isto na história! Trinta dias mais, 30 dias menos não implica em absolutamente nada. Porque agora, tanta pressa, que

tem que ser agora, tem que ser agora, tem que ser agora? Não vai ser implantado mesmo! Em oito anos não foi implantado! Em oito anos não se trouxe, só mensagem. E agora temos que aprovar no afogadilho? Não dá para fazer isso! Não dá para concordar com isso!

Espero e entendo, independente de Situação ou Oposição, nobres Deputados, mas vamos pensar com a razão. Não vamos pela emoção. Vamos pensar com a razão e vamos pensar aquilo que os eleitores elegeram e a quem elegerem no último dia 3 de outubro. Tanto a nível estadual como a nível federal. Governador, ano que vem, será Beto Richa. E cabe a ele, exatamente, estudar a melhor forma possível e não criar uma lei no afogadilho, às pressas. Vamos discutir, Deputado Tadeu Veneri. Ano que vem vamos discutir e com toda certeza vamos implantá-la.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ney Leprevost.

Liderança da Oposição: Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Muito obrigado, Presidente. Agradecendo ao Deputado Elio Rusch, que nos cedeu o tempo da Oposição. Na verdade, ocupo a tribuna para pedir à Gazeta do Povo explicações sobre um assunto que foi abordado hoje na coluna do conceituado jornalista Celso Nascimento, no jornal Gazeta do Povo, que se refere às nomeações para a Junta Comercial do Paraná.

Legitimamente, as entidades empresárias, as entidades que representam os sindicatos empresariais, indicam listas tríplices e o Governador que assume o cargo escolhe, baseado nessas listas tríplices, aqueles que serão os vogais da Junta Comercial.

Esses vogais têm uma função importante, porque são eles os responsáveis pela aprovação dos atos societários das empresas do Paraná.

Mas nos causa estranheza, Deputado Elio Rusch, e aí sigo na esteira do seu pronunciamento, que no término do Governo, no apagar das luzes o Presidente da Junta Comercial, o Dr. Júlio Maito Filho, esteja solicitando às entidades que representam os sindicatos patronais que indiquem os representantes para os próximos quatro anos. Ou seja, segundo denúncia que recebi por escrito - e vou preservar minha fonte - o que estaria acontecendo seria um verdadeiro aparelhamento político da Junta Comercial do Paraná. A escolha, segundo a minha fonte, é feita com base em uma lista tríplice encaminhada por diversas entidades. Quando o Governador Requião assumiu, imediatamente revogou um decreto do Governo anterior, feito no final da gestão, de nomeação dos vogais pois não via sentido em manter em posição relativamente

importante pessoas escolhidas por um outro Governo e procedeu a nomeação dos novos vogais, a maioria dos quais permanece trabalhando até hoje na Junta Comercial e, diga-se de passagem que a grande maioria dos vogais da Junta é de pessoas dedicadas, empenhadas e competentes, que honram a sua função e honram a remuneração que recebem.

No entanto, segundo a minha fonte, o Presidente da Junta, junto com o Procurador Regional da Junta, que não é Procurador de carreira, estariam convencendo o Governador a agir da mesma forma que teria tentado agir o Governo anterior ao Governo Requião: eles mesmos, beneficiados pela revogação do decreto pelo Requião, defendem agora uma posição diferente e já encaminharam às entidades pedidos de lista tríplice, afirmando que o Governador irá fazer as nomeações dos vogais da Junta Comercial para os próximos quatro anos até o próximo dia 20 de dezembro. Ora, estão tentando garantir a sua própria nomeação e, se as coisas continuarem assim a Junta Comercial do Paraná será dentro do Governo Beto Richa um posto avançado do atual Governo peemedebista, contra o qual nada tenho mas entendo que quem foi eleito por todos os paranaenses para governar nos próximos quatro anos chama-se Carlos Alberto Richa.

Portanto, se o Governador Pessuti insistir nessas nomeações, o Governador eleito, Beto Richa, certamente terá que no ano que vem passar pelo constrangimento - e constrangimento maior ainda passaram aqueles que forem nomeados até 20 de dezembro pelo Governador Pessuti - de revogar o decreto após a sua posse. Imaginem o desgaste que isso pode causar entre a instituição Governador do Estado e as entidades empresariais.

Então, quero aqui fazer um apelo para que o Governador Pessuti, através do Secretário Virgílio, da Indústria e Comércio, que já me ligou pela manhã e conversou como meu Chefe de Gabinete e explicou que não foi ele quem determinou ao Presidente da Junta - embora a Junta seja subordinada à Secretaria Estadual de Indústria e Comércio - que pedisse essas listas tríplices e que isso seria uma medida feita em conjunto entre a Presidência da Junta e o Gabinete do Governador.

Mas, eu gostaria de pedir que o Governador Pessuti esperasse e não cometesse esse equívoco, e deixasse para o Governador que foi eleito, a exemplo do que o Governador Requião quando foi eleito fez, de nomear os vogais da Junta Comercial do Paraná, que é um órgão extremamente importante.

Obrigado Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 102/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei objetivando introduzir as alterações que especifica, na Lei nº 11580, de 14/11/96. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 103/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao artigo 16, da Lei nº 9534, de 16/01/91. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 104/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei objetivando instituir a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Estado da Fazenda acerca dos tributos estaduais afetos aos sujeitos passivos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que cria o Parque Florestal de Ibiporã, localizado no Município do mesmo nome. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CEMA, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos escolares disponibilizarem cadeiras específicas para os alunos portadores de deficiência. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/10, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, que institui no calendário de comemorações do Paraná, o Dia da Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil, a ser celebrado, anualmente, no dia 08 de janeiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/10, de autoria do Tribunal de Justiça, que revoga dispositivo e dá nova redação ao inciso IX do artigo 288 da Lei Estadual nº 14277/03, e transfere o Distrito Judiciário de Diamante do Oeste da Comarca de Matelândia para Comarca de Santa Helena. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Em discussão, em votação.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, apenas para refrescar um pouco a nossa memória, no ano de 2003 V. Exa. foi relator do projeto, se não me falha a memória divisão judiciária no Estado do Paraná. E naquela ocasião diversos Parlamentares apresentaram emendas ao Código de Divisão Judiciária do nosso Estado. Entre essas emendas eu também tinha apresentado uma emenda transferindo o Município de Diamante do Oeste da Comarca de Matelândia para o Município e a Comarca de Santa Helena. Pela distância, nós somos lá da região, e quem é da Região Oeste sabe que Diamante do Oeste fica próximo a Santa Helena, e para que os munícipes pudessem se dirigir à Comarca de Matelândia havia necessidade de atravessar dois Municípios, passar por dois Municípios para chegar a Matelândia. Mas o Governador Roberto Requião, na época, vetou quase todas as emendas que foram de autoria dos Parlamentares. A Assembleia Legislativa então, em 2004, derubou o veto e promulgou a Lei nº 14351, de 10 de março de 2004, contemplando dessa forma a emenda que tínhamos apresentado no artigo 288, e criamos o inciso IX que dizia: *Município de Diamante do Oeste da Comarca de Matelândia para Comarca de Santa Helena.*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o passar do tempo Associação dos Notórios e Registradores do Brasil entrou com uma ADIN aqui no Tribunal de Justiça, e posteriormente também no Supremo, e ganharam uma liminar, o mérito ainda não está julgado. Mas o Tribunal de Justiça, e quero reconhecer, fazer um agradecimento ao Presidente do Tribunal de Justiça e também ao Conselho que estuda a divisão judiciária no nosso Estado e no Tribunal de Justiça, pelo fato de entender a necessidade de beneficiar o Município de Diamante do Oeste, bem como também a Comarca de Santa Helena, antes mesmo do julgamento do mérito da ADIN que engloba não só a nossa emenda, mas são diversos artigos, incisos que fazem parte de toda a Lei nº 14351, o Tribunal de Justiça envia uma nova mensagem para a Assembleia revogando então o artigo 9º e diz que cria-se uma nova redação no inciso IX, apenas mudando alguma vírgula, alguma simbologia, mas permaneceu o mesmo.

Falo esse registro só para dizer que naquela época estávamos certos quando apresentamos a emenda, o próprio Tribunal de Justiça também entendeu que era correto e hoje manda essa mensagem para esta Casa e estamos votando em 2ª discussão. E, com toda certeza,

será dispensada a redação final. Com isso engrandecemos o trabalho das lideranças e dos munícipes de Diamante do Oeste e também fortalecemos a Comarca de Santa Helena.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre procedimentos a serem observados no âmbito dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA nº 093/07, de 15/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 602/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, tem por objetivo dispor sobre procedimentos a serem observados no âmbito dos serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, e dá outras providências.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 13/09/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 602/07

P A R E C E R :

O objetivo do Projeto de Lei nº 602/07, de autoria do nobre Deputado Douglas Fabrício é propor a reserva de dois lugares gratuitos nos ônibus intermunicipais para os idosos com renda igual ou superior a dois salários mínimos.

Precisamos considerar, também, que o nobre Deputado Luiz Accorsi, tem tramitado nesta Casa o Projeto de Lei nº 460/08, posterior ao presente, que propõe o desconto de 20% no mesmo sistema de transporte intermunicipal, só que no rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Porém, como vários Estados já fizeram essa regulamentação o Paraná pode também estar promovendo a sua própria.

Portanto, não vendo qualquer impossibilidade na tramitação do mesmo, acredito que o douto Plenário será suficientemente capaz para aprová-lo.

Dessa forma, meu parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13/09/10.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
LUIZ NISHIMORI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns, a ser realizada anualmente na última semana do mês de agosto. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **(Publ. no DA nº 089/10, de 18/08/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 384/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, visa instituir a Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns, a ser realizada anualmente, na última semana do mês de agosto tendo por objetivo incentivar e difundir as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança, especialmente o atendimento voluntário a famílias carentes, visando reduzir o índice de mortalidade infantil.

Fundamentação

Inicialmente, cabe analisar que a Constituição da República estabelece como dever do Estado assegurar e garantir, com prioridade, a saúde à criança, através de programas e políticas sociais que visem à redução do risco de doenças. vejamos:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: (grifos nossos)

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná impõe ao Estado o dever de assegurar o direito a saúde e de cuidar da proteção especial da criança:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio. (grifos nossos)

Cumpra destacar ainda, no que diz respeito a iniciativa de projetos de lei, o que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão.

Ainda sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desse modo, no que tange à iniciativa legislativa para a proposição do projeto em tela, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem se trata de matéria elencada nos casos de iniciativa privativa de outros Poderes Estatais.

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17/11/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
NEREU MOURA - Relator

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Como se trata de um projeto que na verdade é uma grande homenagem a uma pessoa de grande importância na história do Paraná e do Brasil, gostaria de dizer algumas palavras.

(Lê):

“O relevante trabalho da Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, vinculada à Comissão Episcopal para

o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, que objetiva a promoção do desenvolvimento integral de crianças de até seis anos em seu ambiente familiar e em sua comunidade, tem merecido o reconhecimento internacional.

Em 1982, o Cardeal de São Pedro, Dom Evaristo Arns, em contato com o então Diretor Executivo da UNICEF, James Grunt, em reunião promovida pela ONU sobre a paz mundial, na Suíça, recebeu a sugestão para que a Igreja Católica brasileira fosse promotora de uma ação com vistas a reduzir a mortalidade infantil no País.

A CNBB encampou a ideia e Dom Paulo convocou sua irmã, a médica sanitária Zilda Arns, que com o apoio de Dom Geraldo Majella Agnelo, na época Arcebispo de Londrina, iniciou em 1983, na Paróquia de São João Batista, Município de Frestópolis, no Estado do Paraná, seu primeiro teste.

O referido Município, recordista na taxa de mortalidade infantil com 127 mortes para cada 1 mil nascimentos teve, após um ano, a mortalidade infantil reduzida para 28 crianças de cada 1 mil nascidas.

Diante do extraordinário sucesso, no ano seguinte o trabalho da Pastoral da Criança se expandiu para outras regiões brasileiras com o apoio dos Bispos. Atualmente, de acordo com a própria CNBB, mais de 260 mil voluntários acompanham o desenvolvimento de aproximadamente 1,8 milhão de crianças de até seis anos e de quase 94 mil gestantes, em comunidades carentes de 4 mil e 66 Municípios em todos os Estados do País.

Hoje, o modelo de trabalho desenvolvido pela Dra. Zilda Arns, catarinense radicada no Estado do Paraná, orgulha os brasileiros, sendo aplicado em 27 Países.

A perda de Zilda Arns, que dedicou grande parte de sua vida à Pastoral da Criança e às causas humanitárias será sentida e, com certeza, continuará motivando muitos a seguir seu exemplo na construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário.

Em razão disto, e em reconhecimento ao significativo trabalho prestado à sociedade pelo cunho humanitário de seu trabalho, é que apresento esta proposição que visa instituir a Semana Estadual da Pastoral da Criança Zilda Arns, como forma de relembrar a atuação e a importância social dessa valorosa cidadã.”

Peço apoio dos nobres Pares para aprovação dessa lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 027/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2006. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos dos Balanços Financeiro, Orçamentário e Patrimonial da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2006.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/11/10.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Wilson Quinteiro, Plauto Miró e Edson Strapasson.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO Nº 036/10

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 036/10, que trata da prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2006, compreendendo: Relatório Anual das Atividades, Controle da Receita e Despesa Orçamentárias, em atendimento a legislação vigente, Lei Federal nº 4320/64, Lei Orçamentária nº 14977/05, Lei Complementar nº 101/00 e, de acordo com a Instrução Normativa nº 007/06, artigo 5º do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Apresentada a prestação de contas ao Tribunal de Contas, foram procedidas a análise e a instrução sobre os aspectos formais, técnico-contábeis e de gestão, tendo por base os fatos constatados na análise da Diretoria de Contas Estaduais, bem como nos relatórios de inspeção das Inspetorias de Controle Externo. A presente prestação de contas foi protocolada no prazo legal e atendidas as exigências da Instrução Normativa que as regulamenta. Sob o aspecto técnico-contábil foi possível verificar a regularidade das mesmas, pois não apresentou variação em relação ao orçamento inicial. Quanto aos aspectos de gestão, os objetivos foram atingidos, realizados satisfatoriamente as metas relativas às atividades propostas e respeitados os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os relatórios de gestão fiscal da Assembleia Legislativa foram devidamente publicados no decorrer do exercício.

Os exames foram conduzidos sob a ótica das legislações aplicadas à Administração Pública, reunindo os fatos importantes que marcaram a gestão desta Casa, abrangendo os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial.

Alicerçado na análise formal e nos informes contidos diante dos relatórios positivos exarados a regularidade das contas sob o aspecto técnico-contábil e o atendimento às metas de gestão pela Mesa Diretora deste Poder, considero que a prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao exercício financeiro de 2006 está correta, deliberando pela sua aprovação.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 16/11/10.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. determinasse à Secretaria que fizesse a leitura do parecer do Ministério Público do Paraná sobre as contas de 2006. Porque tem uma lei orgânica do Tribunal de Contas que determina que pode haver isonomia entre as decisões tomadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Por isso peço que o Sr. Presidente determine à Secretaria que faça a leitura desse parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passo a palavra à 1ª Secretária, Cida Borghetti, que proceda a leitura do parecer do Ministério Público.

(A Sra. 1ª Secretária lê **Parecer nº 13137/07, emenda prestação de contas da Assembleia Legislativa do Paraná**)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, com o nosso valoroso Ministério Público deu um parecer favorável de que estão em ordem as contas, vou votar favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, em votação. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4052, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Ney Leprevost, Fernando Scanavaca e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior.

Em discussão, em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de pedir para a bancada de apoio atualmente do Governo, que votássemos contra o presente requerimento, porque acho que é ruim para o Estado do Paraná, para o porto de Paranaguá, para esta

Assembleia Legislativa aprovarmos um requerimento, e que seja iniciado um movimento neste Poder Legislativo para mobilização da sociedade paranaense, para impedir qualquer intenção no sentido da federalização dos portos do Paraná.

O que vai acontecer na prática, Sr. Presidente? Entidades como foi feito no “O Paraná que Queremos”, que nem sequer, muitos de seus integrantes, pagam impostos e acho que não é este “O Paraná que Queremos”, vão assumir uma postura de defesa do porto de Paranaguá e vamos admitir o seguinte: depois de tudo isso feito vai se encaminhar para o Ministério. E o Ministério, pura e simplesmente, vai responder: não há nenhuma intenção de federalização.

Pediria ao Deputado Elio Rusch que retirasse o requerimento, porque ele não tem propósito, porque não existe nada que nos indique. Tenho muita estima por esse Deputado, pela sua integridade, pela sua inteligência, pela convivência que temos. Então, Deputado Elio, acho que não causaria nenhum constrangimento se V. Exa. retirasse.

Obrigada.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para encaminhar)

Diante da manifestação do Líder do Governo e também do próprio Governador Orlando Pessuti, que tem se manifestado através da imprensa, dos jornais que têm noticiado, rádios têm noticiado que não há interesse do Governo Estadual em querer federalizar o porto ou devolver a concessão para a União, mas sim, fortalecer. Ele busca a liberação, a alteração de alguns convênios que foram firmados na tentativa de liberar alguns recursos que estão em caixa no porto de Paranaguá.

Então, diante da manifestação do líder do Governo, e sempre tivemos um perfeito relacionamento aqui na Casa, Oposição e Liderança do Governo, e a própria manifestação do Governo, acho que realmente não há motivo nenhum para aprovar esse requerimento. Então, retiramos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está retirado o requerimento.

Requerimento nº 4064, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 4080, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4086, de autoria dos Deputados Enio Verri, Tadeu Veneri, Péricles de Mello, Elton Welter e Deputada Luciana Rafagnin, membros da Bancada do Partido dos Trabalhadores, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4083 e 4084, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4062 e 4063, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4065 a 4068, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4069 a 4077, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4078 e 4079, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4081 e 4082, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4087, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, com apoio dos Deputados Plauto Miró e Elio Rusch, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 4088, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4089, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/10.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 347, 397 e 418/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 602/07, 384/10 e do Projeto de Resolução nº 027/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 862/07, 323, 383, 414, 440 e 458/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2738/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17177, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JACQUELINE MAYER BARBOSA REGIANI, para exercer o cargo em comissão, simbologia G3, junto à Liderança do PSB, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2739/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15879, datado de 04/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, INEZ REGINA MASCOTTI, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Wilson Quinteiro, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2740/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17176, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALEXANDRA FILIPE MONFORT VIEIRA DA CUNHA, do cargo em comissão, simbologia G3, da Liderança do PSB, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2741/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16147, datado de 08/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUIS FERNANDO MORAES, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2742/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16149, datado de 08/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOÃO APARECIDO DA SILVA, para exercer cargo em comissão, simbologia G7, junto ao Gabinete do Deputado Waldyr Pugliesi, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2743/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16782, datado de 16/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, TIMOTEO BANDEIRA ALVES DOS SANTOS, do cargo em comissão, simbologia G6, do Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2744/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17174, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOSE AUGUSTO ZANIROTTI, para exercer cargo em comissão, simbologia G5, junto à Liderança do PT, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2745/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17172, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DIRCEIA MARIA ZUBEK, para exercer cargo em comissão, simbologia G5, junto à Liderança do PT, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2747/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15761, datado de 29/10/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar o prazo do Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD, nº 008/10, instaurado em 07/06/10, por mais 30 (trinta) dias, designando os funcionários para: Presidente: Sr. Nilton Barbosa, Matrícula 41055 - Procurador 1ª classe; Secretário: Hector Vinicius Wagner, Matrícula nº 40754 - Consultor Legislativo; e Membro: Marineide Luzia Golos, Matrícula nº 40205 - Assistente de Comissão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2748/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16350, datado de 11/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GEORGIA MIROSLAU GALLI NATAL, para exercer cargo em comissão, simbologia G-6, junto ao Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2750/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16349, datado de 11/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover OLGA MAZZA, para exercer cargo em comissão, simbologia G7, junto ao Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2751/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15769, datado de 29/10/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUCAS MENDES FROESE, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2752/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15770, datado de 29/10/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, HERCULES WALDIR SILVERIO ENGEL, do cargo em comissão, simbologia DAS-2, do Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 23/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2753/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15772, datado de 29/10/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ADILSON LUIZ WASTNER JUNIOR, do cargo em comissão, simbologia G6, do Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2754/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15771, datado de 29/10/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EMERSON SILVERIO DA SILVA, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2755/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16103, datado de 08/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JULIANA HOFFMANN, para exercer cargo em comissão, simbologia G7, junto ao Gabinete do Deputado Ney Leprevost, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2756/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16101, datado de 08/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PEDRO BAUER CAMPOS, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Ney Leprevost, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2757/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17183, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ARIEL GEORGE SCHMIDT LIMA DOS SANTOS, do cargo em comissão, simbologia G4, da Liderança do PDT, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2758/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17182, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EVANIA MARISA MARTINS COUGO, para exercer cargo em comissão, simbologia G4, junto à Liderança do PDT, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2759/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16775, datado de 16/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, AMANDA BATISTA VIEIRA DE MATTOS, do cargo em comissão, simbologia G6, do Gabinete do Deputado Jonas Guimarães, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2760/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16774, datado de 16/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ALFONSINA DONDA, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Jonas Guimarães, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2761/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16089, datado de 05/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JUSSARA VIEIRA DE SOUZA, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Jonas Guimarães, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2762/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16088, datado de 05/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUCAS ECHEVERRIA DOS SANTOS, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Jonas Guimarães, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2763/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16090, datado de 05/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, AMANDA RIBEIRO CORREA, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Jonas Guimarães, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2764/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16146, datado de 08/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FILIPE DA SILVA NOVATO, do cargo em comissão, simbologia G6, do Gabinete do Deputado Fernando Scanavaca, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2765/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 15775, datado de 29/10/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA BERNADETE LAUTER, do cargo em comissão, simbologia G6, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2766/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16163, datado de 09/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RENATO SORDI TOLENTINO DA SILVA, para exercer cargo em comissão, simbologia G6, junto ao Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2767/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16234, datado de 10/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ERALDO CARLOS FERRAZ, do cargo em comissão, simbologia G6, do Gabinete do Deputado Elton Welter, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2768/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16235, datado de 10/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DAMIÃO JOSÉ DOS SANTOS, do cargo em comissão, simbologia G7, do Gabinete do Deputado Elton Welter, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2769/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16236, datado de 10/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA ELISA BATTISTI, do cargo em comissão, simbologia DAS-4, da 3ª Secretaria, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2770/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16237, datado de 10/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RENATA ADRIANA GARBOSSA, do cargo em comissão, simbologia G5, da 3ª Secretaria, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2771/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16244, datado de 10/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ELIO MARQUES DE LIMA, do cargo em comissão, simbologia DAS-5, do Gabinete do Deputado Elton Welter, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2772/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17179, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ILDEU MANSO VIEIRA JUNIOR, do cargo em comissão, simbologia DAS-4, da 5ª Secretaria, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2773/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17178, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JOÃO AUGUSTO BRANCO COBRA, para exercer cargo em comissão, simbologia DAS-4, junto à 5ª Secretaria, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2774/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17181, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LUZIANE MABEL LINO E SILVA, para exercer cargo em comissão de simbologia G5, junto ao Gabinete do Deputado Augustinho Zucchi, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2775/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17790, datado de 24/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANA CAROLINA RITER, do cargo em comissão, simbologia G5, do Gabinete da Deputada Rosane Ferreira, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2781/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17231, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, VERA REGINA FERRARI, do cargo em comissão, simbologia G5, da Administração, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2782/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 17230, datado de 18/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FRANCINE DALPASQUALE BAYLAO, do cargo em comissão, simbologia G3, da Administração, a partir de 01/11/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2784/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 18216, datado de 24/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO, do cargo em comissão, simbologia G6, da Administração, a partir de 01/11/10.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23/11/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0715/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 14942, datado de 14/10/10, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, em favor de LUCI DE FATIMA SILVA, Matrícula nº 40472, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de bibliotecária, nível NTD-02, lotada na Biblioteca da Casa, o tempo total de 05 anos, 08 meses e 12 dias, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, em anexo, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º, da Constituição Federal, em que prestou serviços na SP Incorporações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., no período de 22/09/81 a 26/06/82 (09 meses e 05 dias); no Dr. José Carlos Miceli, de 04/04/83 a 10/03/88 (04 anos, 11 meses e 07 dias).

Gabinete da Diretoria Geral, em 29/10/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0742/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 13321/10, datado de 16/09/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARIA DA CONCEIÇÃO MARCHIORATO, Matrícula nº 40528, portadora do RG sob o nº 871.516 PR e do CPF nº 257.517.279-91, admitida em 01/05/88, exercendo o cargo de técnico em contabilidade, nível NTD-03,

lotada na Diretoria de Pessoal, licença remunerada para fins de aposentadoria, nos termos do artigo 2º e parágrafo único, da Lei Estadual nº 14502 de 17/09/04.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/11/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0743/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16205, datado de 09/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, OSNI CUSTIN DOS SANTOS, Matrícula nº 40862, de 60 (sessenta) dias, a partir de 12/11/10 a 09/01/11, CID 10 K 51.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18/11/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0744/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16110, datado de 08/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, TERESINHA FOGAÇA DE MORAES, Matrícula nº 2465, de 15 (quinze) dias, a partir de 04/11/10 a 19/11/10, CID 10 K 07.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18/11/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0745/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 16052, datado de 04/11/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde a servidora deste Poder Legislativo, MARIA ELIZABETH GUTHER CAMATI, Matrícula nº 40689, de 44 (quarenta e quatro) dias, a partir de 28/10/10 a 10/12/10, CID 10 N 63.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18/11/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0746/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

